

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

LUÍS AUGUSTO DE BRITO FRANÇA

**GESTÃO DA ÁGUA E DEMOCRACIA: O PAPEL DO LEGISLATIVO NA
DEMOCRATIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO E DO DEBATE SOBRE A
TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO – UM ESTUDO SOBRE A
COMISSÃO EXTERNA DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO
(CEXTRRIO).**

Brasília

2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política.

Orientadora: Rebecca Neaera Abers

Parceirista: Débora Rezende de Almeida

Brasília

2018.

Dedico este trabalho, primeiramente, à Deus que me ofertou saúde durante toda essa caminhada.

À minha filha, Emília Luísa, que é fonte de luz e perserverança em minha vida. Dando-me força para que eu possa transformar todos os meus sonhos em objetivos concretos.

À minha esposa, Danielle Gaião, que sem seu apoio essa caminhada e essa conquista não teriam o mesmo significado. Que o nosso amor seja sempre de luta e conquistas.

À minha mãe que sempre me apoio de forma incondicional em tudo, sempre me dando força para continuar em frente e enfrentando as adversidades da vida.

A toda “Britolândia”, em especial a minha Tia Héliida, que não soube dimensionar limite para me apoiar, em todos os sentidos, apesar da distancia física, nos meus estudos e objetivos de vida.

À minha tia Bel que, para mim, foi exemplo de mulher firme e resistente que soube sempre, com sua serenidade, amor e carinho, ofertar-me palavras de apoio.

E aos meus avós José Augusto de Brito (*in memoriam*) e Emília Cavalcanti de Brito (*in memoriam*). Duas pessoas que me ensinaram a razão desta vida e o sentido de felicidade, que é se sentir bem com o que faz e com o que é. O primeiro, meu avô, foi exemplo fundamental de figura humana e retidão ética para mim. A minha avó, Dona Emília, me ensinou o verdadeiro significado de amar ao próximo e, sobretudo, a família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me ofertado saúde e perseverança em toda essa trajetória. Agradeço também a minha padroeira, Nossa Senhora Aparecida, ao qual fui consagrado, por livrar do meu caminho todo e qualquer obstáculo que me impedisse de realizar este sonho.

Agradeço a minha família, minha esposa, Danielle Gaião, e minha filha, Emília Luísa, que resignificaram na minha vida o sentido das palavras amor e família. Danielle mostrou para mim a importância de se manter o foco nos objetivos e de buscar concretizar tudo o que sonhou. E Emília chegou, durante esta caminhada, para nos fornecer mais luz e sentido nesta conquista.

Agradeço a minha mãe por todo o apoio, amor e incentivo durante todos os meus estudos. Esta conquista é fruto, também, de toda a prioridade que ela deu para sempre me ofertar as melhores condições e ambientes de estudos.

Agradeço a toda a “Britolândia” por sempre me acolherem em um ninho familiar de muito amor e apoio. Em especial a minha Tia Héliida, que me deu todo e possível apoio para tornar esse sonho realidade.

Agradeço a todos os meus amigos da Paraíba, e os novos que fiz em Brasília, que me permitiram não se sentir isolado durante toda essa caminhada. Em especial a Professora Margareth Diniz, que me fez perceber, durante uma campanha celebre para reitoria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 2012, o quanto eu amava a política e o quanto me sentia bem exercendo - a e estudando- a.

Agradeço a minha orientadora Professora Dr^a Rebecca Abers por toda a paciência e compreensão durante essa caminhada. Sabendo reconhecer as adversidades da minha vida pessoal, que, ate certo ponto, afetaram meu desempenho acadêmico. Sempre atenciosa em suas aulas e orientação soube me mostrar o exemplo de profissional e ser humano que ela é.

Por fim, agradeço a meu chefe, Deputado Veneziano Vital do Rêgo, e a todo seu gabinete, que acreditaram no meu potencial e me fizeram aprender, na prática, muito conteúdo sobre política que a universidade não me ofertou.

“...Não se teria jamais atingido o possível,
se não houvesse tentado o impossível...”
(WEBER,Max)

RESUMO

Este trabalho aborda a importância da Comissão Externa da Transposição do rio São Francisco (CEXTRRIO) como ambiente de estímulo efetivo a democracia participativa no debate sobre a obra da Transposição do rio São Francisco. Em 2015, no início da 55ª Legislatura (2015 – 2019) da Câmara dos Deputados, foi criada a Comissão Externa do rio São Francisco (CEXTRRIO) que tinha como objetivo acompanhar o andamento deste empreendimento hídrico nacional. Foi elaborado um plano de trabalho, elegendo um coordenador e um relator para a comissão. Durante os seus trabalhos a comissão realizou diversos seminários, audiências públicas e visitas aos locais da obra. Diversos atores foram convidados para estas audiências e seminários. Quem são esses atores, quais as suas perspectivas em relação ao estágio atual da obra, são questões importantes para entendermos em que medida esta comissão democratizou o debate sobre a fiscalização da obra da Transposição do rio São Francisco. Além disso, buscou-se, ainda, analisar em que medida as audiências públicas realizadas no âmbito desta comissão puderam ser efetivas como instituição participativa. Bem como qual a pauta em debate apresentada por representantes da sociedade civil e funcionários públicos, burocratas, sobre este grande empreendimento que já se encontra finalizado, em quase sua totalidade. Por fim, esta obra foi fruto de importantes conflitos sociais e políticos, mudando o cenário e a vida de diversos brasileiros. Merecendo, assim, a atenção da academia para que os estudos de seus conflitos nos ofereçam resultados que nos mostrem uma melhor forma para buscarmos minimizar o processo de impactos socioambientais, junto as comunidades atingidas, em outros grandes empreendimentos que poder ser realizados.

PALAVRAS CHAVES: Audiência Pública. Democracia. Transposição. São Francisco. Água. Política.

ABSTRACT

The current bachelor thesis approaches the importance of the External Commission for the Transposition of the São Francisco River (CEXTRRIO) as an effective stimulus for participatory democracy in the debate on the work of the Transposition of the São Francisco River. In 2015, at the beginning of the 55th Legislature (2015-2019) of the Chamber of Deputies, the External Commission of the São Francisco River (CEXTRRIO) was created to monitor the progress of this national water enterprise. A work plan was drawn up, electing a coordinator and a rapporteur for the committee. During its work the committee held several seminars, public hearings and site visits. Several actors were invited to these hearings and seminars. Who are these actors, and their perspectives regarding the current stage of the work, are important questions to understand to what extent this commission democratized the debate on the supervision of the work of the Transposition of the São Francisco River. In addition, it was also sought to analyze the extent to which the public hearings held within this committee could be effective as a participatory institution. As well as the agenda in debate presented by representatives of civil society and civil servants, bureaucrats, about this great undertaking that is already almost completely completed. Finally, this work was the result of important social and political conflicts, changing the scenery and life of several Brazilians. Thus, the attention of the academy deserves attention so that the studies of its conflicts offer us results that show us a better way to seek to minimize the process of socio-environmental impacts, along with the affected communities, in other large enterprises that can be realized.

KEY WORDS: Public Hearing. Democracy. Transposition. San Francisco. Water. Policy.

SUMÁRIO

RESUMO	18
ABSTRACT	19
INTRODUÇÃO	13
METODOLOGIA	20
DEMOCRACIA E PODER LEGISLATIVO.	21
<i>Poder Legislativo e Participação Popular, Formas Legais de Participação.</i>	24
GESTÃO DAS ÁGUAS NO BRASIL	30
<i>Participação popular e Gestão da Água – Os Comitês de Bacias.</i>	33
VOZES DA SECA - A OBRA DA TRANSPOSIÇÃO.....	38
CONFLITOS POLÍTICOS e JURÍDICOS DO EMPREENDIMENTO.....	38
O PAPEL DA COMISSÃO EXTERNA DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO.....	55
<i>O SUGIRMENTO, A COMPOSIÇÃO, O PLANEJAMENTO e O PAPEL FISCALIZADOR DA CEXTRRIO.</i>	55
<i>QUEM ESTÁ FALANDO? – UM PERFIL DOS DEBATEDORES CONVIDADOS PARA AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E SEMINÁRIOS DA CEXTRRIO.</i>	58
FIGURA 1 – Seminário Pirapora - MG	61
FIGURA 2 – Seminário em Mossoró - RN	61
FIGURA 3 – Fórum de debates em Juazeiro do Norte - CE	62
FIGURA 4 – Audiência Pública Na Comissão Externa da Transposição do Rio São Francisco na Câmara dos Deputados	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
ANEXO A – TABELA COM OS REQUERIMENTOS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	86

INTRODUÇÃO

O Brasil é referência mundial em experiências participativas na gestão pública. Estas instituições participativas (IP's) são justificadas, na prática, como mecanismos de maior democratização da administração pública. Uma vez que, de forma inclusiva, promove um melhor diálogo entre o Estado e a sociedade civil sobre a criação e implementação de políticas públicas. (ABERS, 2016. p. 09)

Como exemplo de arena que abrange estas instituições participativas, de forma mais ampla, podemos citar a gestão ambiental. Uma vez que esta é fruto da concepção coletiva das consequências das externalidades ambientais negativas geradas através do uso desregrado dos recursos naturais. Ou seja, a perspectiva participativa, de integração popular, e de busca por uma identidade ambiental coletiva, são características intrínsecas a gestão ambiental e, por consequência, a gestão hídrica. (LEFF, 2001, p.63)

No que tange à gestão hídrica e à construção de instituições participativa dentro desta estrutura de gestão, temos que ressaltar a importância da Lei Federal 9.433/97 que foi um marco não só da ampliação e democratização de gestão pública no nosso país. Mas, representou, também, o reforço de uma perspectiva de maior cidadania para a população em relação aos recursos hídricos. Uma vez que passou a “*ouvir*” mais as demandas dos usuários e da sociedade civil organizada na construção, no planejamento e nas ações das políticas públicas relacionadas à gestão hídrica.

O caráter compartilhado da nova gestão pública brasileira, pós-constituição de 1988, representou uma modernização na forma de pensar e formular as políticas públicas em todas as áreas, não apenas no que se refere à questão hídrica. Dessa forma, podemos formular a seguinte pergunta: em que medida essa participação às audiências públicas, dentro da gestão ambiental e hídrica, se comportam como instituições participativas (IP's)?

Sobre o caráter compartilhado da nova gestão pública brasileira, temos que compreender que esta mudança de pensamento veio através da criação de novos mecanismos legais. E como nos coloca Machado (2003) é só com o exercício constantes da cidadania que as leis se tornam eficazes. Através desta perspectiva, podemos

entender que foi só com o exercício da cidadania, em conjunto com a crítica ao antigo modelo de gestão hídrica, que se pôde perceber uma grave crise de gestão nascida através do uso excessivo e não organizado da água. (MACHADO, 2003. pp. 134 - 135)

Nesta perspectiva, o exercício da cidadania ambiental não pode ser compreendido a não ser como o reflexo direto da participação política da sociedade civil. Uma vez que essa modernização da gestão pública brasileira, pós 1988, com a abertura de espaços de maior participação popular, buscando o exercício de democracia semi-direta, possibilitou uma ampliação da consciência dos cidadãos sobre o seu papel político em relação a gestão ambiental e hídrica. Bem como uma maior esperança, por parte destes cidadãos que buscam participar, que esse tipo de mecanismo participativo promova uma resposta institucional, melhor e mais rápida, em relação as suas demandas. (ABERS e KECK, 2008. p. 110)

Entre os avanços observados na transformação de uma gestão hídrica centralizadora para uma gestão hídrica compartilhada, com maior descentralização decisória e ampliação do caráter democrático e popular de gestão, trazido pela *Lei das Águas* em 1997, sem sombra de dúvida a formulação dos comitês de bacias foi, em teoria, a materialização da abertura da gestão hídrica para as demandas populares. (ABERS e KECK, 2004. pp. 55 – 58; pp. 64 -66).

Porém, esta abertura é dada de forma limitada. Uma vez que na prática os comitês de bacias tiveram mais sucesso na perspectiva de exigir um melhor funcionamento das políticas públicas hídricas no Brasil, do que servir como arena para ampliação da participação, da diversidade e da democracia na gestão. (ABERS e KECK, 2017. p.253)

Entre os mecanismos de participação temos as audiências públicas, que, sobretudo na gestão ambiental, compreende um ponto principal no processo de licenciamento ambiental de obras. Grandes obras como a Transposição do Rio São Francisco tendem a gerar fortes e diversas externalidades positivas e negativas que promovem um fértil e conflituoso espaço de debate. Muitas vezes estes conflitos são externados nas audiências públicas de licenciamento ambiental, uma vez que este é, com frequência, o único espaço participativo em que este tipo de empreendimento busca

promover. Porém a efetividade destas audiências, como espaço participativo de maior democratização da gestão de políticas públicas, é um dos pontos de debate na literatura que discute mecanismos e instituições participativas. (ABERS, 2016. pp. 11 - 17)

Este trabalho busca compreender em que medida esta pouca efetividade das audiências públicas realizadas durante o processo de licenciamento ambiental, como espaço efetivo de participação popular nas deliberações sobre a implementação de grandes obras, pode se estender, *ou não, para as audiências públicas realizadas no âmbito de fiscalização do poder legislativo sobre essas grandes obras.*

Para atingir este objetivo e responder a pergunta de pesquisa que motivou este trabalho, teremos como estudo de caso as audiências públicas realizadas no âmbito da Comissão Externa da Transposição do rio São Francisco (CEXTRRIO).

Em 2015, no início da 55ª Legislatura (2015 – 2019) na Câmara dos Deputados, foi criada a Comissão Externa do rio São Francisco (CEXTRRIO) que tinha como objetivo, em resumo, acompanhar o andamento deste empreendimento hídrico nacional. Foi elaborado então um plano de trabalho, elegendo um coordenador e um relator para a comissão. Durante os seus trabalhos a comissão realizou diversos seminários, audiências públicas e visitas aos locais da obra. Diversos atores foram convidados para estas audiências e seminários. Quem são esses atores, quais as suas perspectivas em relação ao estágio atual da obra, são questões importantes para entendermos em que medida esta comissão democratizou o debate sobre a fiscalização da obra da Transposição do rio São Francisco. E em que medida estas audiências públicas e seminários representaram, de forma efetiva, espaços de participação que buscou ampliar a democratização das decisões do legislativo sobre a fiscalização da obra?

Outro ponto observado por este trabalho, como substrato para se introduzir a importância deste grande empreendimento e desta comissão, é a compreensão da relação histórica da região semiárida nordestina, região beneficiada pela obra, com a problemática relacionada ao fenômeno da seca e da insegurança hídrica. Uma vez que a Transposição do Rio São Francisco foi apresentada como solução definitiva para os problemas sociais e históricos desta região.

A relação histórica da região semiárida do nordeste brasileiro, que abrange o sertão e parte do agreste nordestino, com o fenômeno da seca é de conhecimento geral. Aliado a esse cenário natural, temos na região uma relação clientelista entre os que representam o poder público e seus representados. Uma vez que o acesso destes representantes às arenas burocráticas deliberativas do Estado, que decidem sobre as ações e as obras do governo no combate à seca sobre a região, por exemplo, os conferem um poder simbólico e material exercido através do poder político e eleitoral na região. (WEBER, 1993. pp. 57-61)

Essa relação será denominada por Celso Furtado como *indústria da seca*. É através deste acesso ao poder político, e manutenção de um cenário de dependência hídrica da população, que as oligarquias políticas perpetuam o poder local, preservando o *status quo* social, geográfico e político da seca nesta região nordestina. (CASTRO, 2009. p.71)

Segundo Leal (2012): o coronelismo é um fenômeno complexo e estaria vinculado, também, a uma perspectiva privatista e peculiar de manifestação do poder. Suas bases estariam pautadas através de um compromisso mutuo entre poder privado e poder público, caracterizado por mandonismo, filhotismo, falseamento do voto e desorganização dos serviços públicos. (LEAL, 2012. pp. 43-59)

Temos que compreender que a *indústria da seca* foi o principal pano de fundo na constituição das relações coronelista no Nordeste brasileiro. E mesmo que não possamos mais observar, de uma forma tão nítida, as bases relacionais do sistema coronelista nesta região. Uma vez que, algumas das características do sistema coronelistas como *falseamento do voto e desorganização dos serviços públicos*, não fazem mais parte da realidade contemporânea desta região. Ainda existente nesta região, através da indústria da seca, a manutenção de facetas que se identificam com o mandonismo, o filhotismo e a aproximação da relação de compromissos entre os poderes públicos e privados. Tal como existia no sistema coronelista.

Além disso, a relação entre poder local e poder estadual, que conferia ao sistema coronelista uma perspectiva governista, e faziam com que aqueles chefes locais que estavam dentro do “esquema” governista operassem concedendo “favores” à seus aliados e perseguindo seus opositores, ainda é vista nesta região, porém de forma mais sutil.

Apesar de no atual cenário democrático, em tese, as estruturas partidárias chegarem diretamente a todos os cidadãos dessas regiões, o que diminuiria o poder dos “coronéis”, acabando com o Sistema Coronelista em seu formato “*puro*”. O que se observa, de fato, é que quem comanda estas estruturas partidárias na região são os mesmo grupos e famílias políticas dominantes. Dessa forma, a relação de poder desses chefes locais, que movimentam as engrenagens políticas da indústria da seca, ainda é pautada através de seus prestígios locais e com o poder público. (LEAL, 2012. pp. 59 - 75)

Conhecendo essa realidade podemos compreender melhor a importância da autonomia hídrica para esta região, seja através do panorama social, político, geográfico ou cultural. Uma vez que esta autonomia hídrica, em até certo ponto, romperia com a manutenção de uma cultura local alimentada por essa relação clientelista observada na “*indústria da seca*”. Além disso, essa autonomia se refletiria na melhoria das condições saúde da população destes locais que sofrem com doenças ligadas a falta de água. No âmbito do cenário e paisagem geográfica, a mudança trazida por essa segurança hídrica seria clara, uma vez que a chegada de águas nessa região teria por consequência o surgimento de novas paisagens naturais e secundárias. Através da ação humana operada por uma nova lógica e práticas vinculadas ao acesso hídrico. Por fim, como observamos acima, este cenário de insegurança hídrica se relaciona diretamente com estruturas de poder tradicionais e oligárquicas que, em tese, teriam, no mínimo, uma menor facilidade de manutenção deste poder através destas práticas clientelistas. Assim, podemos clarear melhor a compreensão sobre a função social que a obra da transposição do rio São Francisco traria para essa região.

A transposição do rio São Francisco é uma obra pensada há anos, desde os primeiros anos do Brasil Imperial com D. João VI. Porém, só com D. Pedro II que foi apresentado um projeto concreto sobre a concepção deste empreendimento. Ou seja, o debate sobre a transposição caminhou juntamente com a história do Brasil. Há registros que a obra tenha sido ventilada, também, no segundo reinado, quando uma comissão de estudo sobre o fenômeno da seca recomendou a implementação deste empreendimento como solução definitiva para o problema da seca. Durante o período republicano diversas vezes a obra da Transposição do rio São Francisco ganhou espaço na agenda de

debates nacionais, diversos projetos foram elaborados, porém todos foram arquivados. (CASTRO, 2009. p. 70)

No Estado Novo, com a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a transposição entra na pauta novamente, porém só em 1993, no Governo Itamar Franco, através do Ministério da Integração Nacional, com o Ministro Aluíso Alves, que nasceu o protótipo do atual projeto, que só incluía, de início, os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte entre os estados beneficiados pela obra. Nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2001) do PSDB, o projeto foi remodelado, incluindo, por exemplo, os estados de Pernambuco e Paraíba. Foi então, dado início aos primeiros procedimentos, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Porém, no final do seu segundo governo, respondendo às pressões internas de seu Ministro de Meio Ambiente, e envolto por uma conjuntura de *apagão elétrico*, Cardoso decide não ir adiante com o projeto, que só retornaria no governo seguinte. É então, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002 – 2010), do Partido dos Trabalhadores (PT), que a obra de fato sai do papel. (CASTRO, 2009. pp. 71 72)

Posteriormente, no governo de Dilma Rousseff, também filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), o andamento da obra foi mantido. Sendo inaugurado o primeiro eixo, o eixo leste, em Março de 2017, pelo Presidente Michel Temer (MDB).

Tomada essa decisão inicial, no governo Lula, de viabilizar a construção deste empreendimento, se fortaleceram os conflitos políticos entre os que eram favoráveis à decisão e os eram contrários. A obra ficou a cargo do Ministério da Integração Nacional (MI), que tinha à frente outro nordestino como ministro, Ciro Gomes. O MI foi um dos principais órgãos institucionais em defesa da transposição. Um dos argumentos levantados pelo MI em defesa da obra foi que apenas seria transposto um percentual de 1,4% do total da vazão do rio, como observou o *relatório de impacto ambiental* feito pelo órgão. Essa retirada ampliaria a área irrigada pela bacia do São Francisco, fortalecendo a economia nacional e local, bem como a agricultura familiar.

Além de permitir que a população do semiárido nordestino tenha acesso a uma água de melhor qualidade “*fresh water*”. O acesso à essa “*fresh water*” teria impacto também na saúde pública desta população, diminuindo as doenças pela falta de água ou pelo consumo de água contaminada. (CASTRO, 2009. p.74)

Na época, o contraponto à posição favorável à obra da transposição do rio São Francisco veio, principalmente, por parte de movimentos sociais ambientalistas. Entre os argumentos levantados pelos movimentos socioambientais podemos citar o desequilíbrio ambiental dos ecossistemas aquáticos das bacias receptoras, uma vez que novas formas de floras e faunas aquáticas desaguiariam nos rios receptores. Esse desequilíbrio, em suma, poderia provocar a diminuição de espécies aquáticas nativas das bacias receptoras. Outro ponto negativo observado é, através da perspectiva energética, que a diminuição da vazão do rio São Francisco poderia provocar, consequentemente, uma diminuição do potencial energético das usinas hidrelétricas existentes na bacia do rio. (CASTRO, 2009. p.74)

Com essa breve explanação, podemos entender a importância histórica da transposição do rio São Francisco para o país. A decisão por viabilizar a obra não se deu de forma consensual. Foi fruto de muito debate, conflito político e social à época.

Por fim, de forma resumida, este trabalho busca entender como objetivo específico: i) A quem representam os participantes convidados das audiências públicas realizadas no âmbito da CEXTRRIO. ii) Quais pautas defendidas por eles em relação ao empreendimento. iii) Qual a proporção entre convidados que representam os empreendedores, entre estes o Governo Federal, e representantes da sociedade civil que questionam o empreendimento. A partir das respostas destas perguntas poderemos compreender melhor em que medida estas audiências públicas ofertam à sociedade civil um novo espaço de participação popular..

Para formular estas respostas, este trabalho monográfico está construído através de uma estrutura que busca introduzir o debate sobre democracia deliberativa e participativa, e a relação de ambas com o poder legislativo. Posteriormente, fazemos uma reflexão sobre as formas legais de participação popular e sua relação com o poder legislativo. Em seguida, apresentamos um breve relato histórico sobre a gestão hídrica no Brasil, focando na mudança institucional de uma gestão centralizadora para uma gestão mais participativa. No terceiro capítulo trazemos uma profunda discussão sobre a obra da Transposição do rio São Francisco, dividindo-o em algumas seções. O capítulo IV está restrito ao debate sobre a *CEXTRRIO*.

A *CEXTRRIO* é uma comissão externa criada na Câmara dos Deputados, durante a 55ª (2014 – 2019) Legislatura, para acompanhar a construção do empreendimento da Transposição do rio São Francisco. Uma Comissão Externa, segundo o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) é um dos tipos de Comissões Temporárias.

As Comissões Temporárias, segundo o site da Câmara dos Deputados, possuem um tempo limitado de funcionamento. Diferentemente das comissões permanentes, elas se encerram obrigatoriamente ao final da legislatura a qual ela foi criada. São tipos de comissões temporárias:

Comissões Especiais - com a finalidade de emitir pareceres sobre proposições em situações especiais (PEC, Códigos etc.) ou oferecer estudos sobre temas específicos;

Comissões Externas - para acompanhar assunto específico em localidade situada fora da sede da Câmara; **Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)** - destinadas a investigar fato determinado e por prazo certo. (Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias> >. Acesso em: 04 de Julho de 2018, 19h13min: 20s).

O Capítulo que debateremos sobre a CEXTRRIO está dividido em duas seções de argumentações. A primeira se refere à estrutura e composição da comissão e a segunda sobre o perfil dos debatedores nas audiências públicas realizadas por esta comissão, bem como o debate trazido por estes agentes sociais. Por fim, buscamos observar em que medida estas audiências públicas podem ser observadas como espaços efetivos de participação popular sobre a obra, além de diferenciar o debate trazido pelos representantes da sociedade civil e os representantes institucionais neste estágio atual em que se encontra o empreendimento, com mais de 75% de conclusão da obra.

METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado através de um estudo de caso que seguiu o método qualitativo. (GIL, 2008). Através deste método buscamos analisar em que medida a dinâmica legislativa pode produzir espaços de participação e representação popular através de audiências públicas. Foi feita uma análise sobre o conteúdo de uma amostra

do total de audiências públicas realizadas pela Comissão Externa da Transposição do rio São Francisco. Através destas análises buscou-se observar o perfil dos debatedores, bem como o conteúdo trazido por eles para o debate. Este conhecimento, aliado a literatura revisada, nos fará responder a nossa pergunta de pesquisa sobre a efetividade destes espaços ofertados por estas audiências públicas como espaços de maior democratização do debate.

Todo esse material foi obtido através da página da *CEXTRRIO* no site da Câmara dos Deputados do Brasil. Aliado a isso, utilizaremos pesquisa bibliográfica sobre a temática da gestão hídrica no Brasil, democracia participativa e processo legislativo, além de temas que conectem a essa temática. Assim, pretendemos compreender melhor, através deste estudo, como esta comissão especial pôde ou não ter democratizado o debate sobre a fiscalização da obra da Transposição do rio São Francisco.

Como se pretende apenas buscar fontes referentes à temática em questão, este trabalho se constitui, em sua natureza, como uma pesquisa básica. Em resumo, os métodos científicos utilizados abrangerão análises de conteúdos bibliográficos da temática em questão, bem como uma pesquisa exploratória dos materiais fornecidos pela página da *CEXTRRIO*, no site da Câmara dos Deputados do Brasil, como registros taquigráficos das audiências realizadas. (GIL, 2008, p. 87-90)

Como limite metodológico observou à dificuldade de se encontrar uma bibliografia que abordasse a dinâmica das comissões temporárias, sobretudo as comissões externas, dentro do processo legislativo da Câmara dos Deputados. Como solução para este limite, fizemos uma consulta direta ao regimento interno da Câmara dos Deputados, buscando as normativas que delimitam a existência e o funcionamento destes órgãos legislativos.

DEMOCRACIA E PODER LEGISLATIVO.

O processo de compreensão do papel do legislativo na democratização do debate e fiscalização da gestão hídrica no Brasil, com ênfase na obra da Transposição do rio São Francisco, não poderá ser compreendido sem que façamos uma breve reflexão de

como se deu a construção de dois conceitos fundamentais para o nosso trabalho: democracia representativa e democracia participativa.

A democracia tem origem dentro da sociedade Grega, tendo a sua maior pujança na sociedade Ateniense, onde a participação política, observando os limites à época impostos através da construção do conceito de cidadania, era exercida de forma direta através da participação dos cidadãos. Posto isto, adentrando às sociedades ocidentais modernas se observou uma nova forma de construção de soberania e legitimidade de governo, bem como de participação política, que foi o governo representativo. Porém, é só apenas no século XVII, com as mudanças políticas revolucionárias iniciadas na Inglaterra, que surge, inicialmente, a figura da representação parlamentar. A partir daí, o governo representativo começa a se modelar juntamente com aspectos democráticos.

Essa combinação fez observar, durante esse processo, a construção de novos conceitos que buscassem explicar essa relação que surgira entre representantes e representados, bem como as tensões existentes na relação entre as instituições e a sociedade civil. Uma vez que, a cada decisão importante que se tomavam no parlamento inglês, os parlamentares tinham que voltar na sua base, muitas vezes pequenos condados, para ouvir os seus eleitores, antes de se posicionar efetivamente dentro do parlamento. (ARATO, 2002. pp 85 – 87)

No que tange ao conceito de democracia participativa, esse surge em contraponto direto à ideia de democracia concorrencial ou minimalista. Uma vez que para esta concepção teórica, a democracia se rebaixaria apenas à disputa competitiva entre as elites, diminuindo a dimensão de participação direta da população no processo de decisão política. (WHIPPLE, 2005)

Em SCHUMPETER (1961) observamos os fundamentos teóricos dessa nova conceituação de democracia, a democracia concorrencial. (SCHUMPETER. 1961:297–302)

Para o autor austríaco, o governo do povo deveria ter sua legitimidade questionada em diversos aspectos, sendo um deles sobre a autonomia das decisões que esse povo tomaria. Uma vez que muitas vezes, devido às pressões diversas, esse povo é levado a agir contra sua própria vontade e racionalidade (SCHUMPETER. 1961:305–322)

Dessa forma, o autor austríaco foca o seu modelo de democracia concorrencial na hipervaloração do sistema parlamentarista. Enfatizando, portanto como único o papel do cidadão na escolha dos seus representantes, uma vez que a formação do parlamento é um ponto fundamental para a democracia. Não cabendo assim para os eleitores o papel de se ocuparem de decisões mais complexas dentro do processo decisório político. Logo, para Schumpeter, a democracia se pautaria nas tomadas de decisões políticas e formação do governo, no qual estas ações seriam feitas através da atribuição de poder decisório aos indivíduos que o adquiriam, concorrencialmente, nas conquistas dos votos. (SCHUMPETER. 1961:328–344)

Essa definição concorrencial da democracia é importante para que possamos compreender quais são as bases idealistas que fundamentam a legitimidade do poder legislativo e das decisões tomadas pelos nossos representantes. Porém, essa concepção elitista, apesar de legitimar o processo de escolha de nossos representantes, não pode ser tomada como única dimensão teórica da democracia para compreender o processo legislativo. Para além da escolha dos representantes o processo legislativo compreende, entre outras perspectivas, de dimensões de participação direta e indireta da sociedade. Como exemplo, temos a construção de espaços como a Comissão de Legislação Participativa (LPP) e as audiências públicas nas comissões permanentes e provisórias do poder legislativo federal. Para compreender essa dimensão participativa da democracia dentro do processo decisório, precisamos, primeiramente, entender as bases teóricas que fundamentam esse conceito.

A democracia participativa surge como uma resposta às ideias elitistas que fundamentam o conceito de democracia concorrencial. (CARRION, 2001, p. 51) Se fundamentando na construção de bases teóricas que reforçam a ideia de um maior controle da agenda e da dinâmica política quanto mais houver participação popular. Ou seja, é através da participação, que o indivíduo conseguiria compreender melhor as decisões políticas de seus representantes e a formulação das políticas públicas. Dessa forma, a dimensão pedagógica é condição *sine qua non* para o funcionamento da democracia participativa. (PATEMAN apud WOLFE, 1985, p. 371).

Sendo assim, a criação de fóruns e de redes de participação social se faz fundamental dentro de uma sociedade que se pretenda implementar de fato o conceito de democracia participativa. Estes seriam espaços pedagógicos onde poderíamos

observa concretamente a garantia dos valores democráticos diante das mudanças nas relações de poder. Caso contrário, a democracia participativa servira apenas como um meio em que as elites políticas se utilizariam para ouvir as demandas de alguns privilegiados da sociedade. (BOTWINICK e BACHRACH, 1983)

Por fim, cabe-nos observar que ao se optar pelo modelo participativo democrático não se exclui, necessariamente, o modelo concorrencial democrático. Uma vez que, a democracia participativa não exclui, de forma integral, a figura do representante político legitimamente eleito. Além disso, apenas a dimensão participativa não seria suficiente para se colocar “*em prática*” uma agenda política que abrange um número elevado de cidadãos por Estado. Outro ponto que corrobora para essa dificuldade seria a não homogeneidade do debate político, que se constitui de questões complexas e especializadas. (DEXHEIMER, 2006, p. 19).

Logo, os mecanismos democráticos concorrenciais e participativos devem ser complementares, de maneira que as agendas e decisões políticas sejam permeadas de momentos de representação política e de participação direta da população.

Dentro desta perspectiva temos que, no âmbito do Poder Legislativo, as audiências públicas, até certo ponto, deveriam promover esse equilíbrio democrático entre a representação política institucional e uma participação semi-direta da sociedade civil na construção de agendas temáticas.

Poder Legislativo e Participação Popular, Formas Legais de Participação.

A constituição cidadã de 1988 incluiu, entre das normas gerais aprovadas, a possibilidade da participação popular nas deliberações da administração pública e no processo legislativo. Porém, muito antes da promulgação na constituição de 1988, já existia, no Brasil, alguns mecanismos de democracia participativa. Na Era Vargas, por exemplo, temos pela primeira vez o surgimento do primeiro mecanismo legal de participação popular, o plebiscito. (GALANTE LESQUEVES, 2003-2004, pp 435 – 436)

Não é estranho compreender que o primeiro mecanismo de participação popular tenha sido implementado, mesmo com restrições e obedecendo a certo controle, na Era

Vargas. Uma vez que é com Vargas que novos atores políticos, os trabalhadores, através dos movimentos sindicais, são chamados a participarem da dinâmica política nacional. (REIS, 1982. pp 338 – 340).

De forma crítica, há de se observar que, no governo Vargas, mesmo com a inclusão dos trabalhadores nas arenas políticas deliberativas, essa entrada se deu de forma bastante crítica, através da tutela e controle do Estado. Além disso, essa entrada se deu de forma seletiva, excluindo diversos outros atores como trabalhadores domésticos e rurais. Em suma, para entrar na dinâmica política, no governo Vargas, os movimentos sociais trabalhistas tiveram que perder parte de sua autonomia.

É em busca do resgate desta autonomia, através da consolidação de uma cidadania plena, e de uma maior crítica ao Estado, que os movimentos sociais nos anos 70 (re)surgem com novos repertórios, espaços próprios e demandando por novas categorias explicativas para serem compreendidos. Além disso, constroem seus discursos através de uma polaridade antagônica entre o Estado e a Sociedade Civil (SADER, 1998. pp. 25 – 37). Essas novas categorias explicativas, muitas vezes eram estabelecidas através de uma nova conceituação sobre categorias antigas. Como, por exemplo, o conceito de identidade, que foi redefinido. O novo conceito observou a identidade como sendo algo dinâmico, em construção, que se relaciona com variáveis como o reconhecimento, a experimentação e orientação dos atores. É através desse novo conceito, por exemplo, que MISCHÉ (1997) vai diferenciar a atuação dos movimentos de juventude, pós-redemocratização, nos anos 90 dos anos 60 (MISCHÉ, 1997. pp. 139 – 145).

Temos então, que desde os anos 70 quando os novos movimentos sociais buscam, através de novos repertórios, uma maior autonomia ao Estado brasileiro, a relação Estado/Sociedade Civil teve suas tensões e conflitos potencializados. Já que a forma ao qual o Estado brasileiro foi construído reflete numa perspectiva clara que prestigia os interesses das elites que, historicamente, disputam sua hegemonia. Além de dificultar a entrada de atores da Sociedade Civil que busquem uma relação autônoma com o Estado e se posicione de forma contra - hegemônica aos seus interesses. Essa compreensão se faz *mister* para que possamos entender os limites dos mecanismos de participação popular, e de democracia participativa direta, trazidos pela constituição de 1988.

No que tange à constituição de 1988 foram aprovados como mecanismos de participação popular, e manifestação da democracia participativa, dentro do processo legislativo, o plebiscito, referendo e a iniciativa popular de propostas legislativas. (GALANTE LESQUEVES, 2003-2004, pp 436 – 440)

O plebiscito tem por finalidade a consulta popular previa sobre temas de maior abrangência, seja no âmbito de questões políticas ou estritamente institucional. É tomado como obrigatório quando, por exemplo, está em pauta a decisão de um desmembramento de um estado ou município. Este mecanismo, além de ser incluído na constituição, foi regulamentado em diversas leis orgânicas municipais e estaduais. (JR SAULE, 1998, pp 12 – 14)

Apesar de o plebiscito ser um mecanismo eficaz na participação popular nos processos decisórios da construção de normas legais e de políticas públicas, essa participação se dá de forma controlada, uma vez que é de competência exclusiva do Congresso Nacional a convocação de um plebiscito. (GALANTE LESQUEVES, 2003-2004, pp 442 – 443)

“Etimologicamente a palavra referendo proporciona a ideia de ratificação (ad referendum). O referendo segundo definido na legislação brasileira, importa na participação do povo, mediante voto, mas com o fim específico de confirmar, ou não, um ato governamental e político”
(GALANTE LESQUEVES, 2003-2004, p. 444)

Um dos pontos que diferencia o referendo do plebiscito é que o primeiro pode ser usado para *atos administrativos*, diferentemente do segundo. Dessa forma, o referendo tem uma abrangência mais restritiva em relação ao plebiscito. Cabendo ao referendo se posicionar apenas para atos normativos. E o plebiscito seria a consulta popular para atos de qualquer interesse público. (GALANTE LESQUEVES, 2003-2004, pp 443 – 445)

Um fato interessante é que, mesmo após a promulgação da constituição de 1988, garantindo os mecanismos de plebiscito e referendo, como meios de participação popular, pouco se observou projetos de iniciativa legislativa para a convocação de

plebiscito. Entre as medidas observadas, temos proposições que buscam esses mecanismos de participação, plebiscitos e referendos, para se posicionar, por exemplo, sobre questões como aborto, união civil, prisão perpetua, entre outros. Dentro da nossa esfera de estudo, podemos pontuar o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 1403/2001 que buscou a instauração de um plebiscito nacional para se posicionar quanto a *transposição do Rio São Francisco*. (GALANTE LESQUEVES, 2003-2004, pp 453 – 456)

Outro mecanismo de participação popular promulgado na constituição cidadã foi a iniciativa popular de proposições legislativas. Esse procedimento significa dar ao povo o poder de iniciar a primeira etapa do processo legislativo. A constituição colocou como obrigatório, para a aceitação de um projeto de iniciativa popular, a necessidade de este ser subscrito por um determinado quociente de cidadãos brasileiros. (JR SAULE, 1998, pp 15 – 17) Além disso, a iniciativa popular não poderá pautar temas que atinjam a forma federativa, o direito ao voto, a separação dos poderes e os direitos fundamentais, segundo interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF). No que tange ao quórum, a constituição de 1988 é clara, a iniciativa deve ser subscrita por, pelo menos, 1% do eleitorado nacional, distribuído em no mínimo cinco estados. (GALANTE LESQUEVES, 2003-2004, pp 459 – 461)

Na prática o que se observa é que este quórum elevado inviabilizou o principal ponto do objetivo da iniciativa popular, que era trazer para “dentro” da dinâmica política legislativa a participação do povo. Esta participação, de fato, ficou basicamente restrita à participação em Audiências Públicas e na Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados.

“Etimologicamente a palavra audiência, originada do latim audire, significa ouvir. Audiência pública proporciona a ideia de dialogo entre o Poder Público e os participantes.” (GALANTE LESQUEVES, 2003-2004, p. 465)

Em seu artigo 58º, § 2º II, a constituição brasileira pós-88 inclui como parte do processo legislativo a realização de audiências públicas por parte das Comissões do Congresso Nacional. O intuito desse mecanismo seria aprimorar o debate com a sociedade em torno de matérias de competência legislativa. (JR SAULE, 1998, pp 18 – 21) Em particular em relação as audiências públicas cabe observar que elas podem ser

solicitadas pela sociedade civil, de forma direta, porém, em última instância, a realização delas cabe aos Deputados e Senadores que integram as comissões de debates, permanentes e provisórias, do Congresso Nacional. (GALANTE LESQUEVES, 2003-2004, p.467)

No que tange ao tema do nosso trabalho, há uma literatura muito divergente sobre a efetividade das audiências públicas durante o processo de planejamento e construção de grandes obras, como é o caso da Transposição do rio São Francisco. Em relação ao Brasil, por exemplo, apesar de ter avançado muito na criação de mecanismos de participação social na construção de políticas públicas. Quando se observa as grandes obras temos um vácuo de mecanismos de participação social em suas etapas de planejamento e de processo decisório. Basicamente, o que se tem como mecanismo de participação, nestes grandes empreendimentos, são as audiências públicas que se realizam no processo de licenciamento ambiental. (ABERS, 2016. pp. 09 – 13)

Teria os empreendedores responsáveis pelas audiências públicas de licenciamento ambiental a intenção de democratizar o processo de planejamento e construção das grandes obras ou apenas a realizaram, por força da lei, como procedimento formal? Essa é a grande questão ao qual a literatura que aborda a temática das audiências públicas tenta responder.

Para alguns autores, apesar de ter uma importante função democrática, as audiências se comportariam de forma discreta em relação a ser vista como uma instituição participativa, tal como os conselhos e as conferências. Sendo apenas um mecanismo formal de ratificação da posição dos empreendedores. (AVRITZER, 2009)

Abers (2016) observa que, no que tange às grandes obras, as audiências públicas do processo de licenciamento ambiental continuam sendo a principal arena de participação social, de forma geral. Outra característica observada é que esses espaços de participação surgem posteriormente ao processo de decisão política sobre a obra, tendo pouca eficácia no resultado de sua construção, bem como dos seus impactos socioambientais. Sendo assim, a capacidade da sociedade civil de influenciar no processo decisório destes grandes empreendimentos estaria ligada a sua capacidade de mobilização e não de criação, por parte dos empreendedores, de espaços institucionais de participação social. Porém, o que se tem observado é que, para estas grandes obras,

esta capacidade de mobilização das comunidades atingidas pela obra é muito restrita. (ABERS, 2016. pp. 15 – 18)

Dessa forma, a efetividade das audiências públicas como instituições participativas na construção de grandes obras é colocada em questão. Uma vez que, como observa Abers (2016), mesmo neste raro espaço de participação social, os empreendedores, sobretudo o Estado tende a controlar os debates, transformando o conflito entre as comunidades atingidas e eles em simples questionamentos. (ABERS, 2016. pp. 15 – 18)

Em relação a Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados, se trata de uma comissão permanente, que surgiu com a concepção de ampliar a cidadania política no processo legislativo da casa baixa do Congresso Nacional. Através de “*sugestões legislativas*” apresentadas nas comissões por entidades da sociedade civil organizada, os representantes buscam contemplar os anseios populares para opinar sobre temas de relevância nacional. Essas sugestões, se aprovadas na comissão pelos deputados integrantes, se tornarão propostas legislativas de iniciativa da comissão que tramitará normalmente no Congresso Nacional. (GALANTE LESQUEVES, 2003-2004, pp.473 - 475).

Apesar de ser notório que a CLP fortalece a democracia participativa dentro do processo legislativo da Câmara dos Deputados, o que se observa concretamente é que essas sugestões legislativas, que são transformadas em proposições, são apoiadas por representantes políticos ligados à região, município ou estado, de atuação do representante da sociedade civil organizada que sugeriu a iniciativa. Em suma, deputados buscam a relatoria destas sugestões, durante o processo legislativo, para se aproximar do representante da sociedade civil que iniciou a sugestão. Qual o objetivo dessa ação? Não temos como afirmar com exatidão, e nem muito menos é foco deste trabalho. Porém, trabalhamos com a hipótese da busca por capital político e fortalecimento de seu eleitorado e representação local por parte do parlamentar. (GALANTE LESQUEVES, 2003-2004, pp. 476 - 478).

Em resumo, os mecanismos de participação popular, que até certa medida reforçam a perspectiva participativa da democracia, tenham sido incluídos nos artigos da Constituição de 1988, essa inclusão se deu de forma controlada, como observamos acima. Seja nas sugestões partitipativas da CLP ou simplesmente no controle do diálogo nas audiências públicas.

Esse quadro nos mostra que a perspectiva representativa ainda é preponderante na visão de nossa elite política. Que busca incluir mecanismo de participação popular, porém sem perder o “controle” do debate.

Além disso, temos que a criação de uma Comissão Especial, Como a Comissão Externa da Transposição do Rio São Francisco, não vai ao encontro, necessariamente, de um fortalecimento de participação popular sobre a temática. Cabendo então a nós observar em que medida o mecanismo de audiências públicas foi utilizado nesta comissão para este intuito.

GESTÃO DAS ÁGUAS NO BRASIL

O Brasil é o país com maior concentração de água doce do mundo, pouco mais de 13% do potencial hídrico do planeta. Porém, apesar de tamanha abundância hídrica observamos que a distribuição deste recurso não se dá de maneira uniforme, o que faz com que observamos, no país, regiões em situações de racionamento, escassez, ou até mesmo dificuldade de acesso a água, como no semiárido nordestino e nas principais metrópoles urbanas brasileiras. Esta disparidade na distribuição hídrica do Brasil, aliada com a diversidade de atores imbuídos no debate da gestão hídrica, faz com que a gestão desse bem finito de grande valor para o consumo humano, mas, também, para a produção agrícola e industrial, seja alvo de intensos conflitos sociais e políticos. (PEREIRA, 2005. p. 17)

Durante os primeiros séculos de exploração do Brasil a utilização dos recursos hídricos foi feita de forma intensa e sem nenhuma regra de gestão ou controle, uma vez que naquela época não tínhamos ainda nenhum tipo de regulação deste setor. A primeira lei que irá se referir a água é o *Código Penal de 1890* que trazia punição para o cidadão que comprometesse a qualidade da água para consumo humano. Sendo apenas no

período republicano, com sua primeira constituição em 1891 que observamos pontos referentes a questão hídrica, sobretudo no que se refere ao transporte fluvial. Posteriormente, o *Código Civil de 1916* trouxe outra qualificação penal relacionada à temática hídrica, no qual se definiu os rios como bens públicos de uso comum, que não poderiam ser adquiridos pelo mecanismo de usucapião. Para compreendemos melhor o pano de fundo em que se estabeleceu o próximo marco na gestão hídrica, temos que pontuar que na década de 20 a cidade São Paulo viveu uma importante crise no fornecimento de energia. Esse acontecimento, aliado à repercussão que teve na sociedade e na imprensa, fez com que fosse retomado o debate sobre o Código das Águas, que se encontrava com tramitação travada no Congresso Nacional. Aliado a isso, em 1932 tivemos no Brasil a revolução constitucionalista, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, no qual se buscou instaurar no país diversas normas e medidas descentralizadoras, entre elas o sufrágio feminino, direitos trabalhistas e outras medidas democratizantes. (AUGUSTINHO, 2012. pp.19 - 22)

Como nos coloca Reis (1982), a ascensão de Vargas ao poder promove na política a entrada de diversos atores na dinâmica do poder, como trabalhadores, através dos sindicatos, e as mulheres, através do direito ao sufrágio. Medidas claramente descentralizadoras e democratizantes, uma clara contestação ao caráter centralizador e autoritário dos governos e constituições anteriores.

Os reflexos das medidas descentralizadoras e democratizantes trazidas pela revolução constitucionalista de 1932 foram importantes substratos para a construção do ambiente político que trouxe, em 1934 na nova constituição, o *Código das Águas*. Este código foi a primeira tentativa de se regulamentar o uso da água no país, porém, à época, o foco dado a esse recursos não estava no entendimento da questão hídrica como recurso finito de valor econômico e essencial a vida. Mas, na busca da industrialização do país, através do potencial energético hídrico do Brasil. (PEREIRA, 2005. p. 18) Ainda assim, o Código das Águas apresentou diversas inovações legais, como o princípio *poluidor-pagador*, o regime de concessões e autorizações, o critério de finalidade do uso, bem como o princípio dos *usos múltiplos*. (AUGUSTINHO, 2012. pp. 20 - 21)

Em 1939 temos mais um marco da história hídrica brasileira, em meio à reforma administrativa promovida por Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (1937 – 1946), se

estabeleceu o Conselho Nacional de Água e Energia Elétrico (CNAEE), diretamente subordinado à tutela do presidente da república. Apesar da queda do Estado Novo e da promulgação de uma nova constituição mais descentralizadora e democratizante, pós 1946, a gestão hídrica continuou tendo um perfil centralizador junto à União. Essa tendência centralizadora da gestão hídrica só potencializou pós golpe militar de 1964. Em 1965 é criado o Ministério de Minas e Energia e o Departamento Nacional de Água e Energia, que absorveria as atribuições ainda remanescente no CNAEE, e se tornaria subordinado ao recém-criado ministério. Como podemos observar até pouco antes do processo da redemocratização, antes de 1988, a política hídrica no Brasil se concentrava no potencial energético, o que fez que não se criassem espaços e arenas políticas institucionais para promoção de debate e compartilhamento de gestão da água para outros usos além do energético. (AUGUSTINHO, 2012. pp. 22 - 24)

Mesmo que só tivéssemos observado alguns avanços efetivos sobre a gestão hídrica para além da questão energética pós 1988, temos que pontuar que o processo de descentralização da gestão da água foi iniciado, mesmo que timidamente, em 1978 com a criação dos *Comitês Especiais de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH)*. Estes comitês, ainda que restritos à região sudeste, tinham como função o acompanhamento do uso de algumas bacias hidrográficas. Sem dúvida alguma esses comitês contribuíram para a criação, em 1981, da Política e Conselho Nacional do Meio Ambiente. (PEREIRA, 2005. p. 18)

No final da década de 70 e começo dos anos 80 os movimentos sociais, no Brasil, começaram a flexibilizar mais a perspectiva de autonomia absoluta em relação à participação institucional, e buscaram a organização política institucional, através de partidos, como o próprio Partido dos Trabalhadores (PT), e grupos de pressão. Esta organização tinha por objetivo disputar espaço político com as elites tradicionais, com intuito de remodelar a arquitetura das novas instituições que iriam ser formuladas com o processo de abertura democrática ao qual o Brasil estava passando. Dessa forma, os movimentos sociais foram *peças chaves* para que fosse incluída na constituição de 1988 mecanismos de participação direta na formulação de políticas públicas. (ABERS e KECK, 2008. pp. 99 – 102)

A *Constituição Cidadã de 1988* trouxe avanços consideráveis incorporando a ideia de gerenciamento dos recursos hídricos, bem como os limites de domínios sobre estes recursos entre a União e os estados, eliminando a concepção de domínio particular sobre as águas. (PEREIRA, 2005. p. 18)

Foi com a constituição de 1988 que se estabeleceu o *Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH)*. Como substrato do perfil democratizante e descentralizador da constituição cidadã, temos o processo de ruptura dos Estados da América Latina com mecanismos mais centralizadores de decisões, passando por uma maior aproximação em direção à sociedade, ocorrido na década de 80. Este processo de ruptura com estruturas centralizadoras e de reposicionamento do Estado numa nova arena decisória de gestão, fez com que observássemos a entrada de novos atores como condição *sine qua non* para a governabilidade dos recursos hídricos nesta região, sobretudo no Brasil. Este processo tem como reflexo na ponta a sanção em 1997 da *Lei Federal 9.433* que instituiu a *Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)*, com a incorporação de uma gestão mais inovadora, em relação a ampliação do mecanismo de participação da sociedade nos processos de deliberação sobre as questões hídricas. Um dos espaços criados para participação da sociedade civil foram os Comitês de Bacias, que abordaremos mais adiante de forma um pouco mais aprofundada. (AUGUSTINHO, 2012. pp. 30 - 33) (PEREIRA, 2005. pp. 19 - 20)

Participação popular e Gestão da Água – Os Comitês de Bacias.

Entre os avanços observados na transformação de uma gestão hídrica centralizadora para uma gestão hídrica compartilhada, com maior descentralização decisória e ampliação do caráter democrático e popular de gestão, trazido pela *Lei das Águas* em 1997, sem sombra de dúvida a formulação dos comitês de bacias foi, em teoria, a materialização da abertura da gestão hídrica para as demandas populares.

Entendemos, então, que os comitês de bacias são os espaços idealizados para que se possa exercer a cidadania ambiental de forma plena e efetiva, na busca pela implementação dos mecanismos de controle e decisórios trazidos pela Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

Antes de entrarmos no debate sobre os comitês de bacias, se faz necessária uma reflexão sobre o modelo geral de organização em que os comitês de bacia estão inseridos, os conselhos gestores.

Segundo Abers e Keck (2008), os conselhos gestores são:

“... criados por lei e têm certa autoridade formal sobre normas, planos e, ocasionalmente, sobre o orçamento nas suas áreas de atuação. Os membros devem “representar” (no sentido de “agir em favor de”) grupos do setor privado, sindicatos de trabalhadores, órgãos estatais e associações civis, com respaldo social amplo e uma missão que corresponda às finalidades do conselho. O Estado normalmente detém até metade das cadeiras. A seleção de membros ocorre de maneira variada. Enquanto os conselhos regidos por legislação nacional são normalmente obrigados a realizar eleições abertas, e as organizações de cada categoria escolhem seus próprios representantes, aqueles estabelecidos por legislação local frequentemente permitem que o governo escolha membros que julgue adequados.”
(ABERS e KECK, 2008. p. 100)

Outro ponto a se destacar na estrutura deliberativa dos conselhos gestores é que a participação da sociedade nos conselhos é dada de forma indireta, através de associações. Este viés participativo indireto provocou um debate dentro da literatura da ciência política, sobretudo da literatura que estuda os movimentos sociais e a participação política. Se questiona em que medida essas associações representam de fato as posições dos grupos sociais que elas dizem representar, e em que medida os representantes do Poder Público representam interesses coletivos de seus representados? (ABERS e KECK, 2008. pp. 99 - 101)

Toda essa crítica colocou em “*cheque*” a importância dos conselhos gestores como arenas de participação política social, que democratizaram, descentralizaram, e modernizaram a gestão pública brasileira pós 1988. Abers e Keck (2008) reconhece que esta questão da representação é um dos pontos que dificultam a aceitação dos conselhos como arenas onde ecoam, de fato, as vozes dos *excluídos sociais*, porém ressaltam que espaços como estes são importantes por frutificarem novas práticas e procedimentos

para o debate e tomada de decisão dentro da arena política institucional. (ABERS e KECK, 2008. pp. 101 - 103)

Entre os diversos conselhos gestores presentes na política institucional brasileira, temos na gestão hídrica, como instrumento de participação social, um conselho gestor com características específicas e mais complexas, que são os comitês de bacia hidrográfica. (ABERS e KECK, 2008. p.103)

Segundo Junior Almeida (2013) os comitês de bacias são:

“... formados por um grupo de pessoas representantes de Poder Público, dos usuários e da sociedade civil que se organiza para planejar a gestão das águas de uma Bacia Hidrográfica, isto é, de um conjunto de afluentes situados numa mesma região e que deságuam em um rio principal.”
(JUNIOR ALMEIDA, 2013, p. 79)

No que tange às competências e às finalidades dos comitês de bacias, temos que estas se confundem em uma confluência de diversos papéis. Entre estas competências e finalidades podemos citar de forma geral: articular e promover o debate sobre as questões relacionadas a recursos hídricos; arbitrar, na esfera administrativa em primeira instância os conflitos relacionados aos recursos hídricos; aprovar e acompanhar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, entre outros. (JUNIOR ALMEIDA, 2013, p. 80)

Como ponto fundamental, no que tange aos objetivos dos comitês de bacias hidrográficas, temos como objetivo central a implantação e promoção da gestão participativa e descentralização dos recursos hídricos dentro de uma determinada circunscrição territorial. Além de atuar como meio de mediação de conflitos locais, e promover os usos múltiplos da água. Devem integrar as ações do Poder Público, nas três esferas de poder, estimular educação ambiental aos diversos ecossistemas naturais que abrangem o seu território e por fim, promover e garantir a conservação, a recuperação, a utilização racional e sustentável das águas. (JUNIOR ALMEIDA, 2013, p. 81)

A composição do comitê de bacia está regulamentada em lei e deve seguir necessariamente a seguinte proporção: 40% de pessoas que representam o Poder Público, 40% de representantes dos usuários das águas e 20% de representação para a sociedade civil organizada. Entre os comitês que atuam em rios de competência da

União podemos citar o comitê da bacia do rio São Francisco como uns dos que mais possuem destaques em suas ações e organização. (JUNIOR ALMEIDA, 2013, p. 81)

Segundo ABERS e KECK (2017) autoridade prática é:

“... capacidade de influenciar o comportamento de outros atores ou organizações, por isso sua montagem requer o consentimento deles. O desenvolvimento da capacidade ajuda a construir reconhecimento. Quando uma organização pode resolver problemas, torna-se útil a outras organizações.” (ABERS e KECK, 2017. p.257)

De fato, na forma como está na lei, ao se implantar um novo arranjo de organização institucional no âmbito da gestão hídrica, esperava-se que os comitês de bacias fossem espaços de plena participação política da sociedade civil. E que com isso eles receberiam o reconhecimento e a legitimidade referente às suas tomadas de decisões que envolvem a questão hídrica nacional. Porém, diversos fatores mostram que as perspectivas sobre a atuação destes órgãos gestores estavam equivocadas. Boa parte deles não conseguiu se quer se constituir como comitê. De forma geral, existia uma dificuldade deles legitimarem, na prática, sua autoridade legal. É em busca desta autoridade prática que os atores organizadores dos comitês de bacia vão mobilizar recursos, se utilizando, em alguns casos, de ação política criativa para se legitimar enquanto autoridades da água no novo desenho institucional estabelecido pela a *Lei das Águas*. (ABERS e KECK, 2017. p.166)

Apesar dos comitês serem considerados o “*coração*” do novo sistema de implantação do gerenciamento hídrico no Brasil, suas atribuições legais só eram levadas em consideração quando as autoridades públicas as absorviam e forneciam meios para implantá-las. Ou seja, mesmo tendo independência para deliberar sobre a bacia hidrografia ao qual pertencia, tal como expresso na lei, não foram ofertadas para os comitês as condições mínimas estruturais, e de reconhecimento político, para que estes pudessem de fato operar de forma plena. (ABERS e KECK, 2017, p. 157 - 160)

“A reforma de gestão de recursos hídricos no Brasil criou uma diversidade de novas instituições e mandatos sem, todavia, eliminar o que já existia, presumiu-se que, num

processo de ajuste mutuo, o novo e o velho gradualmente se reconfigurariam para formar um campo coerente.” (ABERS e KECK, 2017, p. 251 - 160)

Os formuladores desse novo arranjo institucional hídrico acreditavam que a criação destes novos órgãos institucionais seria naturalmente absorvida pelas antigas estruturas institucionais e, conseqüentemente, pela as demais autoridades com pensamentos divergentes ao que estava sendo criado. Já que sem esse reconhecimento esses novos órgãos decisórios não têm como se legitimar. E sem essa legitimidade de suas decisões para afetar os resultados das políticas públicas formuladas, estes espaços participativos servem, basicamente, para reafirma a relação e a estrutura de poder já existente. Desencorajando os atores sociais a participarem desses ambientes e dessa nova dinâmica participativa. Uma vez que a alocação de recursos por parte destes atores, aliado a seus custos pessoais, geram resultados ineficazes. (ABERS e KECK, 2017. p.251 - 252)

Dessa forma, em relação aos comitês de bacias, estes tiveram mais sucesso na perspectiva de exigir um melhor funcionamento das políticas públicas hídricas no Brasil, do que servir como arena para ampliação da participação, da diversidade e da democracia na gestão. Uma vez que ter esse reconhecimento, que na prática eles não têm, é condição *sine qua non* para se exercer a *autoridade prática*. (ABERS e KECK, 2017. p.253)

Entre as dificuldades encontradas pelos comitês de bacia para se firmarem na prática enquanto arena decisória, exercendo sua autoridade prática, além do reconhecimento pelo arranjo político institucional, está o vazio expresso na nova lei em relação à definição de onde iriam vir os recursos para implementação desse novo arranjo institucional. Uma vez que, mesmo que a cobrança pelo uso da água tivesse prevista em lei como fonte de recursos para os comitês, essa capacidade prática de regulação dos comitês ainda precisaria ser criada. E nem sempre recebia um retorno positivo por parte de outros atores. (ABERS e KECK, 2017. pp.158 - 159)

Como, por exemplo, o caso da bacia do rio Paraíba do Sul, onde industriais fizeram durante muito tempo um lobby na Assembleia Legislativa de São Paulo para que esta evitasse reconhecer essa capacidade regulatória do comitê de bacia daquela localidade. Muito dessa falta de capacidade, dos comitês de bacia, em ter força política

para se legitimar vem, conseqüentemente, da dificuldade que estes espaços têm em se tornar instituições confiáveis por parte da população. Uma vez que este processo de criação de novos mecanismos institucionais da gestão hídrica quase não teve visibilidade pública. (ABERS e KECK, 2017. pp.159 - 161)

Sendo assim, percebemos que esse novo arranjo institucional da gestão hídrica colocou um desafio, predominantemente, político para essas novas arenas deliberativas em se legitimar. O que faz com que possamos entender a dificuldade política, financeira, estrutural e social de se colocar em prática um comitê de bacia. E que, além disso, esses espaços se construíram num substrato de conflito político constante, que vai muito além de apenas capacidade técnica para operacionalizá-lo e compreendê-lo.

Entre as soluções apresentadas para se compreender melhor o funcionamento deste novo tipo de gestão compartilhada, bem como os seus conflitos, está a substituição das ações que impõem um arranjo técnico-científica a este setor tecnocrático, por ações que incluam nesta perspectiva técnica o substrato social e político, ou seja, ações *sociotécnicas*. (MACHADO, 2003. p. 129)

VOZES DA SECA - A OBRA DA TRANSPOSIÇÃO.

Conflitos Políticos e Jurídicos do Empreendimento.

O comitê da bacia do rio São Francisco é um dos que abrange maior área territorial, incluindo seis estados e o distrito federal. Este comitê está diretamente ligado ao debate sobre a transposição do rio São Francisco. Na verdade, ele representou o principal ator da sociedade civil contra o projeto da transposição. De forma geral, os efeitos sobre a disputa entre o comitê e o governo federal serviram para ampliar o ceticismo dos atores sociais sobre a legitimidade decisória dos comitês de bacia, tão questionável e vulnerável. (ABERS e KECK, 2017. p.162; pp. 206 - 216)

O rio São Francisco está diretamente ligado à vida do sertanejo nordestino. Com quase três mil quilômetros de extensão, cobre em torno de 8% do território brasileiro,

onde boa parte se concentra na região semiárida nordestina, denominada de nordeste setentrional. Esta região é historicamente assolada pelo fenômeno natural da seca, que tem repercussão em diversos problemas sociais da região. Além da questão ambiental e social, a seca é um fenômeno que se relaciona com a relação de poder oligárquica local. O economista nordestino e paraibano Celso Furtado vai denominar a relação política desse fenômeno de “*indústria da seca*”. (ABERS e KECK, 2017. p.162; p. 206)

Essa indústria, por exemplo, é um dos substratos da relação clientelista que as oligarquias locais têm com a população da região, se entrelaçando, também, no passado com o sistema coronelista.

Como bem observam Abers e Keck (2017) a política, pós século XX, de construção de açudes para combater os efeitos da seca só fez reforçar o *status quo* regional na distribuição de poder. Uma vez que boa parte desses açudes eram construídos em terras privadas. Mesmo o programa de cisterna, criado pelo governo federal através do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), continuou seguindo a mesma lógica de reforçar essa relação do uso da seca para plataforma política e manutenção das relações de poderes locais. Uma vez que são as oligarquias locais que decidem, através de seus representantes junto ao Governo Federal, em qual cidade e localizações serão instaladas essas cisternas. Atualmente estas políticas e intervenções contra o fenômeno da seca, bem como a operacionalização da transposição do rio São Francisco, está sobe a égide do Ministério da Integração Nacional. Por tudo isso esse ministério tem se tornado um concorrido e importante espaço burocrático de poder, tal como expressa Weber (2004), disputado pelos políticos nordestinos, que utilizam essa estrutura estatal como plataforma política, a fim de manter o *status quo* oligárquico da região nordeste do Brasil. (ABERS e KECK, 2017, pp. 206 - 207)

Como observado por Castro (2009) a obra da transposição se confunde com a história social e política do Brasil, sendo inicialmente pensada desde meados do século XIX. Historicamente o debate sobre a obra sempre ganhou folego através dos políticos que representavam e representam as regiões receptoras das águas transpostas, muitas assoladas pelo processo sociopolítico e ambiental da seca.

Em 1990, no governo de Itamar Franco, através do ministro potiguar Aluísio Alves, o projeto da transposição foi reconduzido ao debate nacional. Passando a ser conhecido como “*Projeto São Francisco*”, no qual se objetivava transferir água do rio

São Francisco, propondo um canal que começaria no município pernambucano de Cabrobó, e retiraria em torno de 150 m³/s de água. Nesta época o projeto beneficiaria áreas dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Porém, um fato interessante no governo de Itamar, é que foi durante esse governo que foi criado o primeiro espaço institucional no poder legislativo federal para debater a transposição, o Grupo de Trabalho (GT) sobre o projeto da transposição do rio São Francisco, na Câmara dos Deputados. Os debates deste grupo se estenderam por todo os anos 90, sendo apenas em 2000 que o Deputado paraibano Marcondes Gadelha, então relator do GT da transposição, propôs em seu relatório que o projeto fosse implementado o mais rápido possível, como forma de viabilizar o capital para o investimento do empreendimento, o deputado relator sugeriu a privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). (SILVA, 2011, pp. 1 -3)

Em 1994 através da pressão de empresários cearenses junto ao presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) à época, tendo a frente do Ministério de Integração Nacional um político nordestino, Fernando Bezerra, a ideia do canal da transposição voltou a fluir. Entre as primeiras ações, podemos citar o pedido do ministro da Integração Nacional de um estudo sobre o impacto ambiental da obra. Posteriormente a este estudo foi encomendado um estudo sobre a viabilidade técnica, além de se iniciar, junto ao IBAMA, o processo de licenciamento ambiental. (ABERS e KECK, 2017, pp. 207- 208)

É neste período do primeiro governo de Cardoso que o projeto de transposição é *redesenhado*, criando duas transposições do Rio São Francisco, no qual se ampliou as regiões que iriam receber águas. Neste redesenho do projeto, feito pela Secretária Especial de Políticas Regionais, através dos paraibanos Cícero Lucena e Fernando Catão, incluiu-se, além dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, os estados de Pernambuco e Paraíba. Dessa forma, a transposição passou a ser dividida em dois eixos: o Eixo Norte e o Eixo Leste. (SILVA, 2011, p. 3)

O Eixo Leste tem pouco mais de 220 quilômetros de extensão que levaria água, através de uma vazão média de 18.3m³/s, para as cidades da região do agreste dos estados de Pernambuco e Paraíba. O ponto de captação de água do eixo leste seria próximo a barragem da cidade de Itaparica, no estado de Pernambuco, por meio de

cinco aquedutos, dois túneis e nove pequenos reservatórios. (SILVEIRA, 2017, pp. 74 - 76)

O Eixo Norte tem pouco mais de 400 quilômetros de extensão que levaria água, através de uma vazão média de 45.2m³/s, para as cidades sertanejas dos estados de Pernambuco (rio Brígida), Paraíba (rio do Peixe e Piranhas), Ceará (rio Salgado) e Rio Grande do Norte (rio Açu e Apodi). O ponto de captação de água do eixo norte seria próximo a cidade de Cabrobó, no estado de Pernambuco, por meio de cinco canais. Este eixo da transposição levaria água para pouco mais de sete milhões de habitantes distribuídos em 223 municípios brasileiros. (SILVEIRA, 2017, pp. 74 - 77)

O eixo leste foi concluído recentemente e foi fundamental para tirar a maior cidade do interior do nordeste brasileiro, Campina Grande localizada no estado da Paraíba, de uma situação crítica de crise hídrica. Uma vez que a cidade se abastece do açude Eptácio Pessoa, popularmente conhecido como Boqueirão. Este é um dos açudes que está no projeto da transposição do rio São Francisco para recepcionar as águas transpostas.

Ainda na época do governo FHC a oposição ao projeto tinha como timoneiros os políticos e técnicos do estado de Minas Gerais, entre eles o Ministro do Meio Ambiente, no final do governo FHC, o engenheiro florestal José Carlos Carvalho. Carvalho conseguiu convencer Fernando Henrique a abandonar o projeto. Como “saída” para amenizar essa decisão foi criado um novo comitê de bacia do rio São Francisco, através da jurisdição da Agência Nacional das Águas (ANA). (ABERS e KECK, 2017, pp. 208-209)

Há de se ressaltar que além do pedido do ministro do meio ambiente, outros motivos levaram FHC a não continuar dando prosseguimento ao projeto da transposição. Entre eles estava a possibilidade da queda de 10% da produção de energia por parte da CHESF, no qual dentro de um contexto de racionamento energético, à época, seria um desastre político para o grupo do PSDB liderado pelo presidente. Podendo gerar desgaste profundo na campanha de seu sucessor. Além disso, não podemos anular a pressão exercida pelos movimentos socioambientais contra o projeto de transposição que, através de uma forte articulação, conseguiram cancelar diversas audiências públicas do IBAMA para a análise do Relatório de Impacto Ambiental. (SILVA, 2011, p. 3)

O PSDB não consegue fazer seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), vence as eleições e retoma a ideia de tornar o projeto da transposição realidade, colocando a obra na responsabilidade do político cearense Ciro Gomes, um entusiasta do empreendimento.

Lula ascende ao poder através de uma configuração de força que propunha uma forte mudança política institucional, a fim de remodelar o sistema de poder nacional, através de um grande clamor de “*união nacional*” que superasse as divergências das lutas de classe no país. Duas matrizes foram fundamentais para a impulsão e viabilidade da vitória de Lula, ambas ligadas ao processo de mundialização do capital. São elas: a retomada das condições para financiamento externo como forma de valorização dos títulos do governo. E a expansão do crédito para exportação, sobretudo para o agronegócio. É neste contexto político, econômico e social que Lula retoma o debate sobre a transposição do rio São Francisco, encarregando diretamente a um dos maiores empresários do Brasil, seu vice-presidente, o cargo de articulador principal para conseguir apoio a implementação do projeto de transposição. (SILVA, 2011, pp 5 - 8)

Lula tem como principal entrave para a realização da transposição o comitê de bacia do Rio São Francisco que, á época, tinha a frente de sua diretoria José Carlos Carvalho, atual secretário de meio ambiente de Minas Gerais, indicado pelo governador Aécio Neves (PSDB), e ex-ministro de Meio Ambiente de FHC. Carvalho mobilizou todo o comitê e as regiões banhadas pelo rio São Francisco contra a transposição, através de audiências públicas. Porém, o governo petista, observando os diversos entraves que estavam sendo criados e a amplitude que a campanha contra a transposição estava tomando, decidiu levar a decisão sobre a autorização ou não da retirada de águas do rio São Francisco para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Nesta arena deliberativa o governo teria maioria e poderia ter o controle sobre a decisão tomada. (ABERS e KECK, 2017, pp. 210- 213)

Esta decisão foi alvo de críticas ao governo Lula, além de ser classificada como uma medida autoritária que feriria o princípio de governança compartilhada, e democracia participativa, estabelecidos na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). (ABERS e KECK, 2017, pp. 213- 216)

Logo após a decisão do CNRH em autorizar a transposição de águas do rio São Francisco, o IBAMA, em 2006, após análise do Estudo Prévio de Impacto Ambiental, da realização de vistorias e de várias audiências públicas em todos os estados envolvidos, concedeu ao Ministério de Integração Nacional a *licença previa ambiental* para o projeto. A partir daí o projeto foi incorporado ao *Programa Nacional do Crescimento (PAC)*, que correspondia a um conjunto de ações, proposta pelo governo petista, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Esse clima de disputa sobre a transposição do rio São Francisco demonstra claramente que foi necessário todo um processo de mobilização de atores governamentais e da sociedade civil para que a obra pudesse ser viabilizada. E sem dúvida, a posição do governo de levar a decisão para o CNRH mostra claramente que esta obra tinha uma posição estratégica na agenda do governo Lula. Tanto é que ela foi incluída no *Plano Plurianual (PPA)* para os anos de 2004 a 2007, que o governo Lula enviou ao Congresso Nacional em 2003, mesmo antes do processo de debate ocorrido de 2004 até 2006. (SILVA, 2011, pp 5 - 8)

Segundo Silva (2011) os defensores do projeto da transposição apresentam, de forma resumida, três principais argumentos: O que a obra seria indispensável para resolver um problema histórico social que envolve milhões de brasileiros; Que a retirada de apenas 3% da vazão não afetaria a utilização que já estava sendo feita pelas águas dos rios, principalmente, em relação a questão energética; E, por fim, que em comparado com o que o país gastava, e já tinha historicamente gastado, em ações e obras contra a seca, a obra da transposição do Rio São Francisco teria um custo relativamente baixo. (SILVA, 2011, pp 8 - 9)

Em relação às críticas Silva (2011) afirma que estas são de diversas perspectivas e que, segundo ele, todas são bastante contundentes. Entre as posições críticas à obra da transposição, a autora cita a opinião do professor Aziz Ab'Saber que coloca basicamente que esta região sofre de um processo ambiental histórico e que a obra da transposição vem apenas a atender ao propósito de desenvolvimento de uma agricultura irrigada na, segundo ele, região semiárida com maior densidade populacional do mundo. Ou seja, não seria apenas um simples investimento, uma vez que para que obra tivesse o objetivo de distribuir água a essa população de forma justa, ela teria que ser

acompanhada por uma reforma agrária socialmente justa nesta região. Além disso, o governo deveria mediar as reações que seriam geradas com a especulação e valorização destas terras que iriam receber a água da transposição. Bem como os conflitos existentes entre posseiros e fazendeiros da região. Por tudo isso, caso fosse feita de forma correta, a transposição teria um custo econômico e socioambiental muito elevado ao país. (SILVA, 2011, pp 9 -10)

Por fim, há de se observar que este custo socioambiental e econômico da obra não foi totalmente assumido apenas pelo governo federal, uma vez que o projeto da transposição previa como contra partida dos estados e municípios recebedores das águas a realização de obras complementares que garantisse o melhor rendimento na distribuição das águas dentro dos estados e dos municípios. Bem como a qualidade da água que chegaria para consumo da população. Como observa Silveira (2017):

“Além das intervenções diretas realizadas para a concretização da transposição, o projeto prevê ainda uma série de obras complementares a serem realizadas pelos governos estaduais e municipais beneficiados com a obra. Partes dessas obras serão também financiadas pelo governo federal, contando com contrapartidas dos governos locais. Entre essas intervenções locais podemos citar algumas ações como a construção de grandes açudes como o Santa Cruz no rio Apodi, Acauã no rio Paraíba e Castanhão no rio Jaguaribe. Ainda no setor da infraestrutura de águas, diversos programas estaduais associados ao Projeto de Integração foram ou serão executados, como a construção do canal do Castanhão, interligando o açude Castanhão às bacias metropolitanas de Fortaleza; a implantação de perímetros irrigados no Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte; a integração do açude Coremas-Mãe d'Água às várzeas de Souza, na Paraíba, através do canal da Redenção; realização de estudos preliminares para integração do açude Poço-da-Cruz e do Eixo Leste ao Agreste Pernambucano; o cadastramento e regularização fundiária nos municípios cortados pelos canais do Projeto de Integração através de convênio do Ministério da Integração com o INCRA; o planejamento de outros sistemas de integração de bacias, como, por exemplo, um canal de ligação do rio Piranhas com

o Seridó, no Rio Grande do Norte, dentre outras obras.”
(SILVEIRA, 2017, pp. 77 - 78)

Como podemos observar todo o processo da transposição se compreende através de debates profundos e acalorados entre os que eram contra a obra e os que seriam beneficiados por ela. Diversas vezes esses conflitos se refletiram na arena judicial. Seja com a participação direta do Ministério Público, ou através de ação popular. Entendemos ser importante fazer um levantamento das principais decisões jurídicas sobre esses conflitos que permearam essa grande obra. Uma vez que compreender as dimensões dessas ações é uma forma de entender melhor o posicionamento político expresso em decisões judiciais.

Segundo Silveira (2017):

“A obra teve início em 2007, com um orçamento inicial previsto em 4,7 bilhões, sendo a obra mais cara do Programa de Aceleração e Crescimento – PAC. Com previsão inicial de entrega da obra para o ano de 2010 (o eixo Norte) e 2012 (o eixo Leste), no entanto, por falta de planejamento, excesso de burocracia, escândalos de corrupção, pois além da Operação Vidas Secas, não há difusão de mais nada a obra ainda não foi completamente entregue e já está orçada em mais de 8,2 Bilhões de reais.” (SILVEIRA, 2017, p. 94)

Antes do início da obra, a transposição já foi alvo de diversas ações, sendo a primeira, em 2005, a reclamação constitucional (RCL 3074/2005), no qual o STF reconheceu que qualquer ação judicial que trate desta obra seria de competência daquela corte em julgar. De uma forma geral os inquéritos judiciais que acompanharam a obra desde seus debates até a sua realização têm uma grande diversidade de objeto de ação que perpassa por questões, socioambientais, de superfaturamento, remoção irregular de população indígena e impacto em comunidades tradicionais quilombolas. (SILVEIRA, 2017. pp. 94 - 96)

Segundo Silveira (2017):

“Ação Civil Pública (ACP) é uma demanda coletiva que tem por finalidade a tutela dos direitos coletivos, tem previsão legal com lastro constitucional no inciso III do artigo 12935 , secundariamente na Lei 7.347 /8536. Há ainda previsão expressa pelas Cortes brasileiras nas seguintes

*Súmulas*37: 643 STF; 3299 STJ. A Lei 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e o Código de Defesa do Consumidor38 se complementam e criam um único e eficiente sistema de defesa dos direitos difusos e coletivos em juízo. Possuem legitimidade para propor ACP o Ministério Público (Estadual e Federal), União, Estados, Distrito Federal e municípios, e entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos por este código, e ainda as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos coletivos.” (SILVEIRA, 2017. pp. 95 - 96)

Diversas ações civis públicas foram propostas desde o início dos primeiros estudos para a implementação da obra da transposição até durante a realização do empreendimento, entre elas podemos citar as seguintes *Ações Civis Públicas* - ACP's nº 2005.33.00.020557-7, 2005.38.00.002238-0, 2005.3800.002537-2, 2005.33.00.000008-0, 2001.33.00.005779-0, 2004.85.00.006515-6, 2005.85.00.000162-6. Essas ACP's são apenas uma parte de todos os processos judiciais que cercam a obra da transposição do rio São Francisco. (SILVEIRA, 2017. pp. 96 - 108).

Porém, ficaremos apenas nelas para compreendermos como as posições políticas são levadas para a esfera jurídica, muitas vezes através do mecanismo de *ativismo burocrático* por parte dos funcionários do Estado.

Antes de detalharmos resumidamente o objeto e o proponente de cada ACP's, precisamos ressaltar que entre os estados que faziam oposição à obra da transposição do rio São Francisco estava os estados de Minas Gerais, Sergipe e Bahia, que possuíam municípios banhados pelas águas do rio São Francisco. Estes municípios temiam passar por situação de crise hídrica, caso a retirada de águas do rio São Francisco pela transposição afetasse seus abastecimentos e, por consequência, sua economia.

Pernambuco seria um caso mais particular, pois, apesar de ter município nesta mesma condição, tinha vários outros que seriam beneficiados pela transposição, então o estado não se posicionou de forma tão clara contra a transposição tal como Minas Gerais, Bahia e Sergipe.

Feita essa reflexão vamos detalhar melhor o objeto e os proponentes das Ações Civis Públicas (ACP's) já citadas:

ACP nº 2005.33.00.020557-7 foi proposta pelos Ministérios Público Federal e Estadual da Bahia, pela OAB/BA e associações e organizações de interesse público. Teve como objeto a anulação da licença ambiental e do estudo de impacto ambiental da obra de transposição, ambos feitos pelo IBAMA. (SILVEIRA, 2017. p. 96)

ACP nº 2005.38.00.002238-0 foi proposta pelo estado de Minas Gerais, juntamente como o Ministério Público Estadual, contra o IBAMA. Teve como objeto a suspensão de uma das audiências públicas realizada pelo órgão na cidade de Belo Horizonte, como requisito necessário para a proposição do Estudo de Impacto Ambiental. Bem como a suspensão do processo de licenciamento até que fossem julgada todas as ACP's que foram impetradas. (SILVEIRA, 2017. p. 97)

ACP nº 2005.3800.002537-2, foi proposta pelo Ministério Público Federal de Minas Gerais contra o IBAMA. Teve como objeto o apontamento de vícios de elaboração do Relatório de Impactos de Meio Ambiente (RIMA). (SILVEIRA, 2017. p. 98)

ACP nº 2005.33.00.000008-0 foi proposta pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual da Bahia, bem como por outras entidades, contra a União, o IBAMA e a ANA. Na qual teve como objeto principal o apontamento de falhas na elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impactos de Meio Ambiente (RIMA). (SILVEIRA, 2017. p. 98)

ACP nº 2001.33.00.005779-0 proposta pelo Centro de Recursos Ambientais do Estado da Bahia (CRA) contra o IBAMA. Teve como objeto a suspensão de duas audiências públicas realizadas nas cidades de Salvador e Juazeiro, no estado da Bahia, como requisito necessário para a proposição EIA/RIMA. (SILVEIRA, 2017. p. 99)

ACP' nº 2004.85.00.006515-6 proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil , secção Sergipe (OAB/SE) contra os Ministérios de Integração Nacional e do Meio Ambiente, bem como contra o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Teve como objeto a alegação que o CNRH não poderia deliberar sobre a resolução do projeto de transposição sem a manifestação da Câmara Técnica deste conselho, bem como a existência de vícios no processo de EIA/RIMA. (SILVEIRA, 2017, pp. 99 - 100)

ACP' nº 2005.85.00.000162-6 teve o mesmo objeto que a ACP 2004.85.00.006515-6, mas, além da OAB/SE se incluiu nessa Ação Civil Pública o Ministério Público Federal de Sergipe. (SILVEIRA, 2017. pp. 99- 100)

Análise

Através de uma breve análise destas ações, observamos claramente a judicialização do debate político em torno da transposição. Uma vez que mesmo as ACP's propostas por órgãos federais, como o Ministério Público Federal (MPF), foram dada entradas por procuradores que atuavam na região dos estados que estavam se sentindo prejudicados pela obra da transposição. Podemos citar também o ativismo institucional da OAB/SE que por mais que represente uma instituição nacional, representou os interesses particulares da sua região.

Uma reflexão que fica é se a decisão dos movimentos sociais contrários a obra de buscar esses órgãos nos estados que se colocavam como prejudicados com a obra, foi uma posição política por acreditar que aqueles burocratas daqueles órgãos estariam mais identificados com suas causas e, por consequência, seria mais célere a tramitação das ações judiciais, ou foi só por questões geográficas, de proximidades. Não é objetivo deste trabalho a busca por resposta a esta reflexão, mas achamos importante pontuá-la.

A Transposição na mídia.

Feita essa breve análise dos reflexos judiciais do embate político da transposição, buscaremos agora observar como esse debate e os impactos da obra foram retratados na mídia. Para isso, iremos observar um estudo feito por Carvalho e Espindula (2014) que retrata a forma como a obra da transposição apareceu na agenda editorial do jornal e de suas reportagens em duas cidades distintas do estado de Pernambuco.

Como dissemos anteriormente, Pernambuco é um caso interessante a se observar, pois é um estado brasileiro que tem cidades que se sentiram prejudicadas com a transposição e cidades que seriam beneficiadas.

O jornal Gazzeta do São Francisco tem sede na cidade de Petrolina, no estado de Pernambuco, cidade banhada pelo rio São Francisco. E o Jornal do Comercio tem sede

em Recife, capital do mesmo estado, e local dos prédios nos quais se abrigam os três poderes estaduais. (CARVALHO e ESPINDULA. 2014, pp. 135 – 138)

Em relação ao jornal Gazzeta, com sede em uma cidade banhada pelo rio São Francisco, Petrolina (PE), de todas as matérias feitas pelo jornal para cobrir a obra da transposição, entre 2004 e 2005, período de grande debate nacional sobre a implementação da obra, 56,76% das matérias jornalísticas eram contrárias à obra da transposição, e tinham como argumento principal a necessidade da *revitalização do rio*, primeiramente, antes da obra. Apenas 11,66% das matérias jornalísticas deste jornal eram favoráveis ao projeto, e o principal argumento pró-transposição apresentado era referente ao *desenvolvimento do semiárido*. O restante dos 31,43% poderia ser classificado como matérias jornalísticas neutras, que tinha como pauta a *Outorga de licença, Audiências Públicas e Plebiscito*. (CARVALHO e ESPINDULA. 2014, p. 139)

Em relação ao Jornal do Comercio, com sede em Recife, na capital do estado de Pernambuco. Temos que de todas as matérias que circularam sobre a transposição, no período 2004 – 2005, 47,15% foram matérias jornalísticas contrárias a obra, e entre os argumentos principais estava, também, necessidade da *revitalização do rio*. Apenas 6,95% das matérias foram favoráveis à transposição do rio São Francisco, onde o principal argumento era a *baixa retirada de água do rio*. O restante dos 45,18% das matérias jornalísticas tinha cunho de neutralidade, baseando-se principalmente no *andamento do projeto e nas interferências políticas*. (CARVALHO e ESPINDULA. 2014, p. 143)

Análise

Dessa forma, observamos que mesmo com sedes em regiões diferentes do mesmo estado, ambos os jornais tiveram uma linha contrária a obra da transposição do rio São Francisco. E que apesar do jornal Gazzeta ter sua sede numa cidade que depende economicamente das águas do rio, ele não teve maior porcentagem de matérias jornalísticas contrárias à transposição quando comparado ao Jornal do Comercio. Entre as posições percebemos que os impactos sociais e econômicos sobre as comunidades que seriam atingidas negativamente com a transposição, bem como as questões políticas, são variáveis que norteiam ambos os jornais para um posicionamento mais crítico a obra, que independe das suas posições geográficas. (CARVALHO e ESPINDULA. 2014, pp. 148 - 149)

Sendo assim, observamos que a perspectiva, defendida nas propropagandas institucionais do governo de Pernambuco e do Governo Federal, de que a obra seria a redenção do problema da seca na região semiárida nordestina, não foi absorvida na agenda da mídia regional. *Uma vez que os meios de comunicação colocaram como cerne da sua agenda a pauta contrária à transposição, argumentando que existia soluções mais baratas para o problema da seca, além de que essa obra só iria beneficiar as classes que estavam se envolvendo com elas de forma direta, os políticos e os donos das empreiteiras responsáveis pela obras.* O argumento da revitalização do rio era um forte propulsor na manutenção dessa pauta contrária, que ao que parece, na representação midiática pernambucana, foi superior ao argumento favorável em todos os jornais, independente da região na qual se localizava a sede do jornal. (CARVALHO e ESPINDULA. 2014, pp. 146 – 149)

Impactos socioambientais da obra.

Por fim, cabe a nós fazer uma análise mais aprofundada sobre os impactos socioambientais da obra da transposição. Uma vez que as identificações desses impactos e suas prevenções são condições de efetivação direta da participação popular neste projeto de transposição. Além disso, a identificação desses impactos socioambientais se faz necessário, também, para que os atingidos sejam ressarcidos de forma correta, e os responsáveis por esse impacto respondam a luz de suas responsabilidades civis. Dessa forma, compreendendo esses impactos socioambientais e entendendo a participação popular nesse processo, podemos construir de forma mais adequada um desenvolvimento ambiental mais equilibrado e sustentável. (SILVEIRA, 2017. p. 13; p.50)

Como exemplo de impacto socioambiental da obra da transposição vamos observar o impacto da obra nas comunidades quilombolas, especificamente na comunidade quilombola de Santana, localizada no município de Salgueiro, no estado de Pernambuc. Através de um estudo apresentado por Brasil (2011). (BRASIL, 2011, pp. 109 – 141)

Esta comunidade quilombola, antes da obra da transposição cortar a comunidade, tinha hábitos tradicionais, herdados de seus ancestrais, como a concepção

do uso coletivo da terra e a predominância pelas atividades que envolviam a agrobiodiversidade da região da caatinga, ao qual se insere a comunidade. A vegetação nativa da caatinga provia a comunidade uma diversidade de fauna e flora que estava diretamente ligada as atividades sociais, econômicas, históricas e culturais desse povo. (BRASIL, 2011, pp. 109 – 114)

De forma resumida foram observadas algumas mudanças na comunidade quilombola de Santana depois da construção do empreendimento. Entre todas as mudanças, podemos citar, por exemplo, as mudanças nas áreas ambientais e hídricas, nas quais o canal consumiu em torno de 17 quilômetros de área de caatinga preservada e o acesso a água foi dificultado para a comunidade. Na agricultura e pecuária o que se observou foi a diminuição de área agricultável utilizada pela comunidade. Além da mudança no tipo de criação de animais, passando de ostensiva para criação por confinamento. (BRASIL, 2011, pp. 109 – 110)

Antes da transposição a comunidade quilombola de Santana tinha os elementos culturais tradicionais como ponto fundamental para seu desenvolvimento social e econômico, observado, principalmente, nas atividades da agrobiodiversidade local. No primeiro contato dos técnicos do Ministério da Integração Nacional (MI), órgão do executivo federal responsável pela obra da transposição, com a população quilombola, a promessa era que a comunidade iria ter com a transposição uma nova época de prosperidade e desenvolvimento, com água em abundância. Além de terem resolvidos todos os seus problemas oriundos das ausências de direitos fundamentais, garantidos pela constituição, como medidas de mitigação a comunidade, devido a obra da transposição. (BRASIL, 2011, pp. 111 – 112)

Antes da obra da transposição, os quilombolas utilizavam técnicas de manejo na sua agrobiodiversidade seguindo mecanismos construídos através de herança de seus ancestrais, contando com a ajuda de comunidades vizinhas e de órgãos do governo destinados a auxiliar e a ajudar o processo produtivo da região. Com a transposição, o primeiro impacto nesta área foi a diminuição da área agricultável, por meio do cerceamento de boa parte destas terras pelo empreendimento. Outro impacto observado, se refere a renovação de recursos humanos para o manejo das atividades agrícolas locais. Uma vez que, devido a oferta de subemprego temporário gerado pela obra da transposição, boa parte dos jovens da comunidade já não se interessava mais pela

atividade agrícola. A criação de animais também foi afetada, já que os animais não tinham mais como ficarem soltos. Os reflexos foram a diminuição do rebanho e da política de produção pecuária da comunidade, agora voltada só para o consumo local. A nova realidade da comunidade passou a ser de uma agricultura voltada a monocultura, plantação de cebola, principalmente, na qual começou a se utilizar meios não tradicionais, como a utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos, que promoveram fortes danos a comunidade, além de uma mudança na qualidade de seus alimentos e do seu solo. (BRASIL, 2011, 120 – 124; p. 136)

Segundo Brasil (2011) essas mudanças na vida da comunidade, através da desintegração da cultura tradicional no plantio, provocaram mudanças na estrutura alimentar da comunidade, gerando diversos danos. (BRASIL, 2011, pp. 120 – 124)

Outra mudança perceptível na comunidade é a mudança da lógica comunitária na concepção das terras. Já que *com a chegada da obra da transposição a região ocorreu*, o que já se esperaria que acontecesse, *a especulação territorial*. Essas terras ganharam valor pelo empreendimento, bem como pelas indenizações que seriam pagas a seus donos pelo governo federal, devido ao processo de desapropriação necessário para a construção do canal da transposição do rio São Francisco. Esses interesses especulativos quebraram a lógica do uso comunitário entre os quilombolas da comunidade de Santana, fazendo frutificar naquela comunidade a concepção individualista e privatista de domínio sobre a terra, através de disputas entre os moradores. (BRASIL, 2011, p. 125)

A mudança na concepção desenvolvimentista da juventude local foi, também, outro forte reflexo na concepção comunitária ao qual a lógica tradicionalista da comunidade girava. Uma vez que depois do início das obras a maioria dos jovens da comunidade não buscava mais as atividades ligadas a agrobiodiversidade como fonte de desenvolvimento local. A oferta dos subempregos temporários, por parte das empreiteiras, se tornou mais atrativa para esse grupo social. E, ainda assim, mesmo com o fim das obras na comunidade, os jovens não retornaram a lógica tradicionalista de desenvolvimento, através das atividades agrícolas. Dessa forma, com o fim da parte do empreendimento na comunidade quilombola de Santana, os jovens quilombolas buscaram outras obras para trabalhar distante da comunidade. (BRASIL, 2011, p. 125; p.131)

A situação da comunidade quilombola de Santana antes mesmo do projeto de transposição já era uma situação de ausência de políticas públicas que garantissem a esses moradores os seus direitos fundamentais, presentes na constituição, bem como as próprias condições estabelecidas no Programa Brasil Quilombolas (PBQ). Entre essas ausências de políticas públicas estava a fragilidade do acesso ao direito fundamental a saúde na comunidade. Não existia lá nenhum posto de saúde, nem muito menos acesso as políticas públicas do Programa de Saúde da Família (PSF). Os moradores tinham que se deslocar até, por exemplo, a cidade de Cabrobó, quando tinham algum problema de saúde. A chegada da transposição não melhorou as condições de acesso a saúde daquela população, com a instalação de um posto de saúde e, conseqüentemente, a colocação em prática do programa de saúde da família. Como havia garantido os técnicos do Ministério da Integração Nacional (MI), como medidas de mitigação a comunidade pela construção da obra. Por outro lado, a poeira provocada pelas explosões no solo e pela construção do canal fez aumentar, consideravelmente, naquela comunidade a incidência de doenças respiratórias. (BRASIL, 2011, p. 133)

No que tange o direito a moradia, a realidade da comunidade quilombola, antes da obra do canal da transposição, era de casa, preponderantemente, de taipas. O Ministério da Integração Nacional (MI) garantiu que fazia parte do projeto à modificação das casas de taipa da comunidade por casa de alvenaria, e que estas mudanças estavam incluídas nas obrigações que a empreiteira que assumisse a obra do canal, naquela região, teria que executar. Sendo assim, no final da construção da parte do empreendimento que passava pela comunidade, apenas algumas casas foram substituídas. Aconte que esta escolha de quais casas seria reformadas foi feita de forma aleatória, sem consulta a população quilombola e sem utilização da mão de obra local. Além disso, as casa de alvenarias construídas não obedeceram ao padrão previsto pelo *Relatório Antropológico* do Ministério da Integração Nacional, que previa a construção de casas amplas e arejadas, com consonância a cultural local. Foram construídas casas com cômodos estreitos e com arquitetura que não valorizavam a circulação de vento dentro do imóvel. (BRASIL, 2011, pp. 133 - 134)

Em relação à estrutura de educação na comunidade o que se observou foi que a obra do canal da transposição não trouxe nenhum desenvolvimento na comunidade dos quilombolas de Santana para essa esfera de políticas públicas. Antes da obra existiam apenas duas escolas na comunidade em estados precários. Outra “promessa” que os

técnicos do Ministério da Integração Nacional (MI) fizeram aos quilombolas foi que o governo, através da obra da transposição, iria reformar e melhorar as escolas públicas locais. Das duas escolas existentes na comunidade só uma estava funcionando e, apenas até a 4ª série do ensino fundamental. O que obrigava os estudantes quilombolas a se deslocarem à outras regiões para concluir seus estudos. O que aconteceu posterior a obra da transposição foi que esse deslocamento feito pelas jovens quilombolas aumentou cerca de *nove quilômetros*, dificultando ainda mais o acessos desses brasileiros á educação. Além disso, segundo a população local, depois da oferta dos subempregos oferecidos pelas empreiteiras construtora do canal da transposição aos jovens da comunidade, muitos abandonaram os estudos. (BRASIL, 2011, p. 131)

Análise

Em resumo, para a comunidade dos quilombolas de Santana a obra do canal da transposição não trouxe nenhum desenvolvimento para região, uma vez que toda a sua lógica comunitária tradicionalista foi desintegrada, os problemas sociais de acesso a direitos básicos não foram resolvidos e, em alguns casos, foram piorados pela obra. A comunidade foi basicamente isolada, uma vez que a largura do canal da transposição é de pouco menos de meio quilometro. Além disso, de inicio, a comunidade foi impedida de retirar água do canal para sua utilização, tendo então sua segurança hídrica afetada pela obra, uma vez que os mananciais que eram utilizados para abastecer a comunidade foram desviados com os canais do empreendimento e poluídos pelo uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos nas lavouras de monocultura de cebola. Antes da obra da transposição a pecuária na comunidade era ostensiva, no qual o rebanho é criado solto. Depois do empreendimento esta atividade ficou comprometida, uma vez que a água ao qual “*matava*” a sede dos animais tinha ficado do lado oposto ao da comunidade, dividido pelo canal da transposição. (BRASIL, 2011, pp. 137 - 141)

Por fim, fica explicito a enorme externalidade negativa da obra da transposição na comunidade, não só na esfera econômica, mas, também, na esfera social e cultural dos quilombolas. Tradições culturais foram sendo degeneradas com novos estilos de vida trazidos pelos caminhoneiros da obra que adentraram a comunidade, bem como a diminuição da solidariedade, e a concepção coletiva da terra. (BRASIL, 2011, pp. 137 - 141)

O PAPEL DA COMISSÃO EXTERNA DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO.

O surgimento, a composição, o planejamento e o papel fiscalizador da CEXTRRIO.

Como vimos até o momento todo o processo de implantação da obra de transposição do rio São Francisco, bem como a gestão hídrica brasileira, está incluída dentro de uma complexidade social, econômica e política bastante peculiar. O novo modelo de gestão hídrica, com maior participação popular, referendado pós-constituição de 1988, mesmo que sejam considerados os limites desta abertura por participação popular, serviu como catalizador dos debates políticos sobre a obra da transposição.

Demostramos, até o momento, que esta obra tem diversas interfaces e que os seus conflitos foram canalizados em diversas arenas deliberativas e de debates, seja através dos movimentos sociais, da mobilização dos usuários do rio São Francisco, ou do posicionamento das instituições administrativas e jurídicas.

Na arena institucional administrativa podemos citar os debates promovidos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, bem como no Comitê de bacia do rio São Francisco. Assim como a atuação da Agência Nacional das Águas (ANA) pró-transposição e a atuação do Comitê de bacia do Rio São Francisco contrário à transposição.

Na arena institucional jurídica podemos citar os diversos inquéritos que cercam essa obra, como, principalmente as *Ações Cíveis Públicas* (ACP's), que foram reflexo direto da ação ativista de diversas instituições, como os Ministérios Públicos, a Ordem dos Advogados e, também, dos movimentos socioambientais.

Todo esse contexto é de grande importância para que possamos compreender a dimensão da temática ao qual se insere a comissão externa estudada. Uma vez que, apesar de decisões unilaterais durante esse processo, como a que levou o debate da aprovação da transposição das águas do rio São Francisco diretamente para o CNRH,

este empreendimento é uma obra inundada de debates e participações da população. Desde o planejamento do processo de implementação da obra até durante a sua construção.

É nesse meio conflituoso que as perguntas que motivaram este trabalho ganham sentido. Ou seja, a Comissão Externa da Transposição do rio São Francisco internalizou em suas audiências públicas a democratização e ampliação da participação popular na fiscalização promovida por ela da obra? Tal como foi observado nos outros debates em outras arenas, durante o processo de implementação da obra. Quem são os atores governamentais e da sociedade civil que tiveram acesso ao debate promovido por esta comissão? Quais foram as suas pautas apresentadas?

Para tentamos responder a estas perguntas, pretendemos fazer um breve levantamento sobre os perfis de alguns convidados para as audiências públicas, bem como refletir sobre as pautas trazidas por estes atores sociais para as audiências.

Primeiramente temos que compreender o que é uma comissão externa dentro das normas regimentais expressas no *regimento interno da Câmara dos Deputados* (RICD).

Segundo o RICD em seu Art. 33:

“ As Comissões Temporárias são:

I - Especiais;

II - de Inquérito;

III - Externas.

§ 1º As Comissões Temporárias compor-se-ão do número de membros que for previsto no ato ou requerimento de sua constituição, designados pelo Presidente por indicação dos Líderes, ou independentemente desta se, no prazo de quarenta e oito horas após criar-se a Comissão, não se fizer a escolha.

§ 2º Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os Partidos ou Blocos Parlamentares possam fazer-se representar.

§ 3º A participação do Deputado em Comissão Temporária cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes. ”
(DEPUTADOS, 2016, p.58)

Dessa forma compreendemos que, como uma comissão externa é um tipo de comissão temporária ela tem um tempo regimental determinado para findar as suas atividades. Logo devem ser geridas por um plano de trabalho. Porém, antes de analisarmos o plano de trabalho da Comissão Externa da Transposição do rio São Francisco, buscaremos compreender melhor o que vem a ser uma comissão externa nas normas regimentais da Câmara dos Deputados.

Segundo o RICD em seu Art. 38

“ As Comissões Externas poderão ser instituídas pelo Presidente da Câmara, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, para cumprir missão temporária autorizada, sujeitas à deliberação do Plenário quando importarem ônus para a Casa.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se missão autorizada aquela que implicar o afastamento do Parlamentar pelo prazo máximo de oito sessões, se exercida no País, e de trinta, se desempenhada no exterior, para representar a Câmara nos atos a que esta tenha sido convidada ou a que tenha de assistir.”
(DEPUTADOS, 2016, p.61)

: Se fosse seguir tal como está no regimento, as comissões externas deveriam existir para apenas representar o poder legislativo federal, Câmara dos Deputados, em determinadas situações e locais. Porém, a interpretação que vem sendo dada pela mesa diretora da Câmara dos Deputados, é que este mecanismo regimental pode ser usado para se investigar determinado fato que envolva deslocamento de deputados federais. Como, por exemplo, o legado da copa do mundo de 2014, quando em 2011 foi criada a Comissão Externa do legado a ser deixado pela Copa do Mundo de 2014. Assim como a obra de Transposição do rio São Francisco, onde se criou em 2015 a Comissão Externa

da Transposição do rio São Francisco (CEXTRRIO). (ANDRADE e COUTINHO. 2016, pp. 96 – 97)

A primeira vez que foi criado um espaço institucional na Câmara dos Deputados para debater sobre a transposição do rio São Francisco foi nos anos 90 com a criação do Grupo de Trabalho da Transposição do rio São Francisco. Como já observamos anteriormente. (SILVA, 2011, pp. 1 -3)

Posteriormente na 53ª Legislatura (2007 – 2011) tivemos a primeira Comissão Externa sobre o tema, a Comissão Externa da Integração do rio São Francisco.

A CEXTRRIO, como já observamos, foi criada na 55ª Legislatura (2015 – 2019) no ano de 2015. Segundo o plano de trabalho da comissão, aprovado em 3 de março de 2015, os objetivos desta comissão seria a realização de audiências públicas que envolvessem autoridades dos governos federais e dos estados que estão envolvidos com o tema da integração da bacia do rio São Francisco, bem como com a revitalização desta mesma bacia. O objetivo destas audiências seria tomar conhecimento sobre alguns atrasos que a obra vem sofrendo, bem como a sustentabilidade ambiental do empreendimento. No plano de trabalho também consta diversas visitas aos estados beneficiados pela obra, bem como a trechos da obra para que fossem colhidas informações. E, por fim, a elaboração de um relatório com as principais conclusões da comissão.

A comissão foi composta por dezoito deputados federais, sendo que destes apenas um parlamentar não era representante da região nordeste do Brasil, a Deputada Raquel Muniz (PSD – MG) que era representante do estado de Minas Gerais.

Como podemos observar, apesar de não ser função regimental de uma comissão externa, na prática essas comissões estão funcionando para desempenhar a função fiscalizadora do poder legislativo.

Quem está falando? – Perfis dos debatedores convidados para as audiências públicas e seminários da CEXTRRIO.

Através de uma análise no site da comissão observamos que foram apresentados pelos deputados federais membros um total de cinquenta e cinco requerimentos, sendo 39 para a realização de audiências públicas, 8 para realização de seminários, 1 para a realização de mesa redonda no município de Pirapora – MG, 2 para a realização de visita e fiscalização as barragens de Paulo Afonso e Sobradinho, 1 solicitando o encaminhamento de uma Indicação ao Ministério da Integração Nacional com o intuito de pedir agilidade na conclusão das obras bem como a abertura de um terceiro eixo, 1 requerendo que as viagens externas da CEXTRRIO fossem nas segundas ou sextas-feiras e 3 para ouvir pessoa envolvidas com a temática do empreendimento.

Dos 39 requerimentos apresentados para realização de audiências públicas, em torno de 64% foram apresentados pelo Deputado *Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)* presidente da comissão.

Destes 39 requerimentos de convocação de audiências públicas apenas cinco incluíam convidados que não tivessem representando algum órgão público. São eles.

REQ 13/2015 CEXTRRIO	Adail Carneiro - PHS/CE	30/03/2015	Requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre a operacionalização e gerenciamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional com os seguintes convidados: representante da Agência Nacional de Águas, representante do Comitê da Bacia do Vale do São Francisco , representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), e o Presidente da CODEVASF.
REQ 15/2015 CEXTRRIO	Adail Carneiro - PHS/CE	12/05/2015	Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação do esgotamento sanitário das cidades às margens do Rio São Francisco, convidando representantes da FUNASA, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, MINISTÉRIO DAS CIDADES, CODEVASF, COMITÊ DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO, CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS E AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS.
REQ 23/2015	Raimundo	10/06/2015	Requer a realização de Audiência Pública para

CEXTRRIO	Gomes de Matos - PSDB/CE		discutir os impactos causados pelas obras da Transposição do Rio São Francisco em comunidades tradicionais e assentamentos rurais e solicita que, na oportunidade, sejam convidados o Professor Doutor Talden Queiroz Farias e o pesquisador Welison Araújo Silveira, ambos da Universidade Federal da Paraíba , bem como a Frente Parlamentar Ambientalista e a Frente Parlamentar de Defesa e Desenvolvimento do Rio São Francisco.
Raquel Muniz - PSC/MG	REQ 24/2015 CEXTRRIO	11/06/2015	Requer a realização de Audiência Pública para discutir os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e solicita que, na oportunidade, sejam convidados o Sr. Délio Pinheiro e o Sr. Geraldo Humberto, ambos idealizadores do Projeto Vidas Áridas . Requer ainda realização de evento, em nome desta Comissão Externa, constituído pela apresentação da Exposição Fotográfica "A maior seca vivenciada pelo Rio São Francisco", de autoria do Projeto Vidas Áridas.
REQ 27/2015 CEXTRRIO	Raquel Muniz - PSC/MG	17/08/2015	Requer a realização de Audiência Pública para exposição do Projeto Manuelzão criado em janeiro de 1997 por iniciativa de professores da Faculdade de Medicina da UFMG, bem como, convidar o Senhor Apolo Heringer Lisboa , para relatar seu vasto conhecimento como professor da Faculdade de Medicina da UFMG e Coordenador do Projeto.

Já em relação aos seminários, debates e visita técnica, a comissão realizou até o momento *dois* seminários temáticos, *um* fórum e *uma* visita técnica. Os seminários foram realizados nas cidades de Pirapora, no estado de Minas Gerais e na cidade de

Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte. Já o Fórum foi sediado na cidade de Juazeiro do Norte, no estado do Ceará. E as visitas técnicas foram nas cidades de Cabrobó, Salgueiro e Jati, todas localizadas no estado de Pernambuco. Entre os temas que foram abordados nos seminários e no fórum estão a questão da revitalização da bacia do rio São Francisco depois da obra da transposição, as obras no eixo norte e os resultados das auditorias realizadas pelo TCU, especificamente.

SEMINÁRIO EM PIRAPORA – MG



FIGURA 1 – Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/transposicao-rio-sao-francisco/documentos/seminarios/fotos-seminario-pirapora-mg/foto-11>>. Acesso em 02 de Junho de 2018. 05h06min: 27s)

SEMINÁRIO EM MOSSORÓ – RN



FIGURA 2 – Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/transposicao-rio-sao-francisco/documentos/seminarios/fotos-mossoro/foto-7>>. Acesso em 02 de Junho de 2018. 05h08min:45s)

FÓRUM DE DEBATES EM JUAZEIRO DO NORTE - CE



FIGURA 3 – Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/transposicao-rio-sao-francisco/documentos/seminarios/fotos-cariri/foto-4>>. Acesso em 02 de Junho de 2018. 05h12min:37s)

Representantes da sociedade civil.

- **Professor Doutor Talden Queiroz Farias – Universidade Federal da Paraíba;**

Talden Queiroz de Farias é professor do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba. Com formação jurídica, tem doutorado em recursos naturais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Tem seu foco de pesquisa no Direito Ambiental e Planejamento Urbano de energias renováveis.

(Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4736615T8>> Acesso em 02 de Junho de 2018. 04h:00min:25s)

Em audiência realizada no dia 22 de outubro de 2015 no âmbito da CEXTRRIO, o professor Talden Queiroz enfatizou algumas questões relacionadas aos impactos ambientais do empreendimento. De forma geral, enfatizou que a transposição tem se atrasado na conclusão de sua obra, mas, principalmente na compensação e mitigação ambiental. Além disso, observou que diversos impactos ambientais previstos no EIA/RIMA da obra não foram incluídos dentro do relatório de compensações e

mitigações ambientais. Por outrora, observou, também, que os impactos ambientais ocorrem de forma simultânea e que vários deles só puderam ser sentidos quando foram iniciadas as obras.

Por fim, o professor Talden Queiroz coloca:

“A transposição de fato é uma realidade. A obra já se encontra no estágio avançado, e esse discurso de ser contra ou a favor, eu acho que ele já perdeu o momento. Ele já perdeu o timing. Agora, nós temos que lutar para que a transposição cumpra, efetivamente, os seus objetivos, para que os impactos ambientais sejam de fato mitigados e compensados, assim como aqueles impactos ambientais que não foram previstos no EIA/RIMA e que, portanto, não constaram como compensação ambiental.” (QUEIROZ, 2015)

- **Pesquisador Welison Araújo Silveira – Universidade Federal da Paraíba;**

Welison Araújo Silveira é advogado militante nas áreas de Direito Imobiliário, Terrenos de Marinha, Estratégias Processuais, Processo e Constituição. Tem mestrado em direito econômico com tema da dissertação envolvendo a transposição do rio São Francisco e seus impactos socioambientais.

(Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4830292E2>>. Acesso em 02 de Junho de 2018. 04h:20min:27s)

Em audiência realizada no dia 22 de outubro de 2015 no âmbito da CEXTRRIO, o advogado e pesquisador Welison Silveira enfatizou que a obra da transposição não tem só um impacto ambiental, social e econômico para as regiões por onde o canal passa. Mas, em relação a populações tradicionais, como pescadores ribeirinhos, índios e quilombolas, a obra tem um impacto cultural na vida destes brasileiros.

Para exemplificar este caso o pesquisador Welison Silveira nos coloca a seguinte situação:

“Então, uma família de pescador hoje não tem o estímulo de continuar essa tradição dentro da sua família, o que quebra um ciclo familiar, o que quebra um ciclo produtivo, o que quebra um ciclo econômico; e aquela região que era identificada pela produção

pesqueira e de aquicultura familiar vai ser descaracterizada, passando para outras atividades econômicas ou até mesmo para viver na dependência de programas de Governo, como o Bolsa Família, entre outros.” (SILVEIRA, 2015)

Observou ainda que a ideia que a transposição do rio São Francisco iria solucionar definitivamente o problema da seca no semiárido nordestino não condiz com a realidade atual de municípios do semiárido que mesmo banhados pelas águas do rio São Francisco ainda padecem de uma instabilidade hídrica. Além disso, os efeitos da transposição já começam a serem sentidos como assoreamento do leito natural do rio, quedas da produção pesqueira e agrícola das comunidades ribeirinhas, entre outras consequências. Dessa forma, o pesquisador sugeriu que a obra da transposição tem que ser pensada paralelamente com o projeto de revitalização do rio, para que injustiças socioambientais não sejam cometidas. Observa ainda que a água só chegará de fato a população da região semiárida se os governos locais, estaduais e municipais, fizerem as obras de complementação da transposição, como a construção de adutoras e canais complementares.

- **Apolo Heringer Lisboa - Projeto Manuelzão;**

Apolo Heringer Lisboa é professor do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Com formação médica e educacional, tem doutorado em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Fundador do projeto Manuelzão que leva pensamento socioambiental a moradores de comunidades próximas a bacias hidrográficas.

(Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4790577E2o>>. Acesso em 02 de Junho de 2018. às 04h:40min:13s)

Em audiência realizada no dia 22 de outubro de 2015 no âmbito da CEXTRRIO, o professor Apolo Heringer Lisboa enfatizou que o mérito da obra não foi discutido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que à época cassou todas as liminares que tinha por esse objetivo. E que esse foi um “golpe” muito grande nos estados que estavam fazendo esse questionamento, como o estado de Minas Gerais. Observa que as obras estão cheias de falhas estratégicas e que o debate técnico foi subdimensionado pelo debate político á

época das primeiras ações para implementação da obra. Sobre a revitalização do rio Apolo Heringer Lisboa coloca:

“A questão básica — e estou até resumindo aqui para respeitar o tempo — da revitalização do São Francisco não é planejamento, não é dinheiro, não é tratar esgoto; é a concepção sobre o que é a natureza e o que é a Terra.”
(LISBOA,2015)

Segundo o professor mineiro, há duas perspectivas de gestão ambiental, a visão ecossistêmica e a visão do insumo. No qual as pessoas enxergam o meio ambiente e os recursos naturais como apenas insumo da produção. Para o professor, o problema da revitalização do rio só será resolvida se houver uma mudança de visão, da visão de insumo, até então preponderante, para a visão ecossistêmica do mundo em relação ao meio ambiente e aos recursos naturais.

- **Sr. Délio Pinheiro – Projeto Vidas Áridas;**

Délio Pinheiro é jornalista e ambientalista. Foi um dos fundadores do projeto Vidas Áridas, que, segundo sua página no facebook, é um projeto e mobilização social sobre a importância de se preservar os recursos hídricos do norte de Minas Gerais. Em seu blog, o jornalista Délio Pinheiro, define bem o projeto Vidas Áridas:

“O projeto Vidas Áridas surgiu da iniciativa dos jornalistas Geraldo Humberto e Délio Pinheiro, funcionários da afiliada mineira da Rede Globo nas regiões norte, noroeste, central e Vale do Jequitinhonha, a InterTV Grande Minas. O projeto começou em 2012 quando os jornalistas realizaram uma viagem ao extremo norte do estado para registrar aquela que foi, até agora, a maior seca que o estado já enfrentou em cerca de um século. O objetivo era registrar em fotografias, e também em reportagem para a emissora, este momento crítico. De volta da viagem eles lançaram em 2013 a exposição “Fome de água no sertão”, que deu início ao projeto.

Em 2013 o Vidas Áridas passou a participar de grandes discussões regionais, como a defesa da retomada das obras do reservatório de Berizal, no Alto Rio Pardo. Neste ano o Vidas Áridas passou a contar com dezenas de colaboradores eventuais e um permanente, o ambientalista Sóter Magno, que preside a ong OVIVE, Organização Vida Verde, importante parceira nesta caminhada.” (Disponível em: <http://blogdodeliopinhoiro.blogspot.com/2015/07/vidas-aridas-um-breve-resumo-das_28.html>. Acesso em 02 de Junho de 2018. 14h:42min:10s)

Em audiência realizada no dia 14 de Julho de 2015 no âmbito da CEXTRRIO, o jornalista enfatizou diversos pontos em relação a transposição. Porém, de início, Délio Pinheiro pontuou que a “*luta*” agora é para a revitalização uma vez que a obra da transposição já é fato concretizado.

“Então, quando se fala tanto em transposição, é preciso que a palavra revitalização caminhe lado a lado, porque nós sabemos que, a essa altura do campeonato, com as obras tão adiantadas, falar contra a transposição é até uma bobagem, porque, independentemente disso, vai sair o projeto, o projeto está aí. Então, é hora de ter responsabilidade. Conclamamos os Deputados a terem essa visão crítica em relação a isso, porque pode acontecer o pior, pode acontecer de não existir água nem para nós aqui de Minas e muito menos para os nossos amigos, os nossos irmãos do Nordeste.” (PINHEIRO, 2015)

Outra questão apontada pelo jornalista mineiro é sobre a falta de proteção do rio por vegetação ciliar, o que, segundo ele, está causando o assoreamento do rio. Que, entre outros problemas, comprometem a utilização do rio São Francisco para o transporte fluvial, essencial para algumas cidades mineiras. Além disso, outro problema vivido pelo rio é a contaminação de suas águas, como acontece, segundo Délio Pinheiro, na cidade de Ibiá, no estado de Minas Gerais, na qual os ribeirinhos não podem utilizar a água para consumo por ela está poluída.

Outro ponto observado, pelo jornalista na audiência, é que não adianta só promover ações para revitalizar diretamente o rio São Francisco, mas, aliado a essas ações deve-se revitalizar, também, todos os afluentes que abastecem o “*velho chico*”.

FOTO TIRADA NA AUDIÊNCIA DA CEXTRRIO, EM 2015.



FIGURA 4 – Disponível em <http://blogdodeliopinho.blogspot.com/2015/07/vidas-aridas-um-breve-resumo-das_28.html>. Acesso em 02 e Junho de 2018. 06h20min:15s)

- **ANIVALDO DE MIRANDA PINTO - Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco.**

Anivaldo de Miranda Pinto é um jornalista alagoano com mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Ex-presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Atua na área de planejamento e gestão socioambiental, com ênfase em gestão participativa de recursos hídricos no Brasil.

(Disponível em: < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8878941D5>>. Acesso em 02 de Maio de 2018. 17h54min:05s)

Em audiência realizada no dia 30 de Junho de 2015 no âmbito da CEXTRRIO, o representante do Comitê da Bacia do rio São Francisco pontuou que há a necessidade de se ter um tratamento diferenciado a bacia do rio São Francisco, devido a sua importância nacional e a complexidade da sua bacia que responde por mais da metade da disponibilidade hídrica do nordeste brasileiro. Em relação aos comitês de bacias ele pontua que é urgente a manifestação de ações que acelerem a construção dos

instrumentos necessários para que a *Lei das águas* sai completamente do papel e sejam aplicados, na prática, os mecanismos de gestão hídrica participativa prevista nela, valorizando o espaço deliberativo e participativo que está representado pelos comitês. Anivaldo coloca que essa morosidade em colocar em prática esses mecanismos de gestão hídrica é uma das vertentes do problema da crise hídrica que atingem grandes bacias hídricas nacionais:

“Inclusive, um dos problemas da grave crise hídrica que hoje atinge bacias do Sudoeste e sobretudo do Nordeste é o fato de que a ausência dos instrumentos de gestão hídrica não só acelera como agrava essa crise. E não haverá outra saída para essa crise no futuro, se não houver imediatamente, digamos, um choque enorme de gestão de recursos hídricos. Isso vai transformar-se em exigência, um pouco mais adiante.” (PINTO,2015)

Segundo o presidente do Comitê de Bacia do rio São Francisco, boa parte das outorgas dadas no Brasil são através de processos obscuros. Dessa forma, segundo ele, esse sistema atual de outorga não funciona na prática. Além disso, há a necessidade dos estados brasileiros interagirem mais na troca de informações sobre as gestões hídricas aplicadas por cada um.

Em relação a obra da transposição esclareceu que o Comitê da Bacia do rio São Francisco nunca foi contrário ao empreendimento, como se veiculou à época dos debates mais acalourados, no início do governo Lula. A posição do comitê foi uma posição crítica a concepção do projeto e não ao seu mérito ou finalidade. Sobre a posição do comitê, o presidente fez a seguinte colocação:

“...E, grosso modo, o Comitê continua sendo um crítico daquele projeto, mas compreendeu que, agora que as obras estão bastante avançadas e bilhões de dinheiro público já foram aplicados, a posição do Comitê deveria ser aceitar participar do Conselho Gestor da Transposição, com alguns objetivos muito claros.” (PINTO,2015)

Dessa forma, a função do comitê agora seria a de reivindicar a participação dos usuários dos estados banhados pelas águas do “*velho chico*” a participarem do Conselho Gestor da Transposição. Para o presidente, essa participação evitaria outro embate acalourado num futuro contexto de crise hídrica, uma vez que participando do

Conselho Gestor do Empreendimento, estes usuários poderiam discutir problemas comuns a eles e, de forma preventiva, equacionar qualquer descompasso entre eles, a União e os usuários dos estados receptores das águas da transposição. Para exemplificar essa sua posição, ele pontuou:

“Eu digo isso porque recentemente, na crise do Paraíba do Sul, os Governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro tiveram que se entender. Eles tinham posições contraditórias, e isso é inevitável. Quando se tem recurso com limitação de uso, não há outro caminho senão o do diálogo, para se resolverem as questões. Por isso, eu acho que os Estados da bacia doadora deveriam participar.” (PINTO, 2015)

O presidente ainda pontuou que aquela divisão existente no embate sobre a obra, anteriormente, entre estados doadores e receptores das águas do rio São Francisco já foi superada e que a pauta agora é a união de todos em prol da revitalização da bacia do rio, em busca de produzir mais água de qualidade para todos. Uma vez que a revitalização da bacia é condição *sine qua non* para se pensar todo e qualquer outro empreendimento para o rio. Sem essa revitalização todos os outros investimentos sejam com canais complementares, ou em relação ao potencial hidroelétrico do rio, estaria comprometido.

Por fim, defende que haja mudança do modelo e da matriz energética, pois o rio São Francisco não pode ter mais um papel tão determinante junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico, devido a suas condições atuais. E que, apesar do comitê da bacia do rio São Francisco já compor o Conselho Gestor da Obra da Transposição, eles ainda não foram convidados a comporem o Conselho Gestor da Revitalização do rio, um espaço de participação tão importante quanto o outro que já participam.

Análise

Podemos observar então que a pauta atualmente dos movimentos socioambientais em relação à transposição do rio São Francisco é, principalmente, poder viabilizar a sua revitalização paralelamente a execução da obra. Além disso, os movimentos fazem uma forte cobrança sobre o andamento das compensações e mitigações ambientais previstas no EIA/RIMA do projeto, bem como em relação a

outros impactos ambientais que surgiram e estão surgindo devido ao empreendimento hídrico.

Em suma, para os movimentos socioambientais a obra da transposição é uma realidade nacional concreta, com mais de 80% da obra executada, e a luta contra o empreendimento já está superada. Os movimentos absorveram a derrota nesta pauta e se resignificaram através de uma nova *luta*, agora em favor da revitalização do “*velho chico*”.

No que tange, especificamente, ao Comitê de Bacia do rio São Francisco, temos que o enquadramento *autal é pautado pela união em defesa da revitalização*, da implementação na prática dos mecanismos estabelecidos na *Lei das Águas* e na valoração dos espaços construídos pelos Conselhos Gestores da Transposição e da Revitalização do rio.

Dessa forma, compreendemos que apesar do pouco espaço concedido aos movimentos socioambientais no debate interno a CEXTRRIO, se considerarmos o número total de audiências públicas realizadas, eles trouxeram para esta arena deliberativa outra perspectiva de fiscalização que vai além do acompanhamento dos atrasos da obra, mas inclui a fiscalização na cobrança da revitalização do rio e das compensações e mitigações ambientais da obra da transposição.

Posicionamento dos Funcionários Públicos.

Por fim, como observamos essa mudança de perspectiva dos agentes representantes da sociedade civil em relação à pauta em debate e disputa sobre a transposição. Aachamos pertinente observar o posicionamento, em relação à temática em questão, dos burocratas, que representavam as instituições governamentais e jurídicas a época. Qual a perspectiva atual destes agentes sobre o empreendimento?

- **VICENTE ANDREU GUILLO - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas — ANA.**

Vicente Andreu Guillo é um estatístico, funcionário de carreira da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), ocupou diversos cargos administrativos na área de meio ambiente e de recursos hídricos. Como o de Secretário Nacional de Recursos

Hídricos e Ambiente Urbano, no Ministério de Meio Ambiente. E, em 2015, estava como Diretor – presidente da ANA.

Em audiência realizada no dia 17 de Março de 2015 no âmbito da CEXTRRIO, o presidente da Agência Nacional das Águas (ANA) pontuou que a discussão sobre os impactos da obra do rio São Francisco é um debate superado por parte da população brasileira. O “clima”, naquele momento em 2015, seria de expectativa para que obra viesse acontecer o mais breve possível. Sobre a decisão de se construir o empreendimento, bem como sobre os seus reflexos sobre o desenvolvimento nacional, o presidente da ANA é enfático a pontuar a forma acertiva da decisão em construí-la:

“As secas recentes que estão acontecendo, principalmente no Sudeste do Brasil, demonstram de maneira bastante clara o quanto a água é um limitante do desenvolvimento. Então, a oferta dessa água suplementar à região do Semiárido, a partir da Bacia do São Francisco, sem dúvida nenhuma é uma decisão, *do* nosso ponto de vista, absolutamente correta, e o transcorrer e o funcionamento dessa obra vão demonstrar sua relevância.” (GUILLO, 2015)

Observou ainda que a complexidade da obra não se encontra apenas na parte da engenharia do empreendimento, mas, principalmente, na gestão. Uma vez que o empreendimento irá fornecer água para vários estados e municípios. Sendo assim, como ficou acordado em 2005, a gestão da distribuição dessas águas ficaria para competência de cada estado receptor, sendo indispensável que estes executem as obras complementares, dadas como contrapartida, para que a Transposição do rio São Francisco atinja seu principal objetivo, o de garantir a segurança hídrica de uma população que demanda há muito tempo por água de qualidade.

Para Guillo a importância deste espaço aberto pela Câmara dos Deputados estaria, também, em poder expor a situação de cada estado receptor sobre os compromissos, feitos em 2005, de contrapartida para receberem as águas da transposição. Muito mais do que expor, estes espaços abertos com as audiências, seria para que fosse cobrado destes estados o adiantamento de seus compromissos com a União.

“Então, não se trata apenas de bombear a água nos canais, mas de fazer com que essas águas cheguem a um local adequado, que sejam distribuídas, e que haja efetivamente — este foi o arranjo

pensado originalmente — por parte dos Estados um pagamento para cobrir os custos de operação e manutenção desse sistema, que não são custos pequenos.” (GUILLO, 2015)

Segundo o presidente da ANA, o debate preponderante no Governo Federal sobre a transposição do rio São Francisco é sobre a complexidade da gestão, uma vez que ainda não se sabia, àquela época, qual seria a melhor forma e formato para a gestão deste empreendimento por parte do governo federal e dos estados receptores.

Sobre a relação da Agência Nacional de Águas (ANA) com a obra do canal de Transposição do rio São Francisco, o presidente, pontua que a ANA participou de um primeiro momento, em 2004, na concessão da outorga referente a retirada das águas do rio. E posteriormente, em 2010, recebeu a competência de fazer a regulação dos perímetros públicos de irrigação e dos procedimentos do empreendimento.

Outra questão levantada pelo burocrata é em relação aos custos de operação e manutenção da obra. Estes, também, seriam complexos, pois se dividiria em duas vertentes. Um custo que independeria do arranjo institucional escolhido para a gestão do empreendimento, e outro que dependeria desse arranjo. Porém, a questão mais complicada em prever esses custos seria o porquê eles iriam variar de acordo com as condições hidrológicas do rio São Francisco.

- **MARCELO MEDEIROS - Secretário Substituto de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente - MMA.**

Marcelo Medeiros é engenheiro civil, com mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua na área técnica e de gestão relacionada aos recursos hídricos e meio ambiente.

(Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4796553Y6>>. Acesso em 02 de Junho de 2018. 19h:59min:43s)

Em audiência realizada no dia 17 de Março de 2015 no âmbito da CEXTRRIO, o Secretário Substituto de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (MMA) pontuou que estava a seu cargo os programas de revitalizações das bacias hidrográficas, entre elas a da bacia do rio São Francisco. Observou ainda que é esta secretaria do Ministério do Meio Ambiente que operacionaliza o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), uma das instancias deliberativas ao qual o projeto da

Transposição do rio São Francisco teve que ser aprovado. Segundo o secretário a revitalização do rio São Francisco vem sendo feita. Porém, a primeira etapa é a do diagnóstico precisa ser concluída para que se possa iniciar os procedimentos. Observou que desde 2013 que os Planos Plurianuais (PPA) do governo federal veem contendo programas de conservação dos recursos hídricos.

Observou que no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o que se compete a fazer, dentro do processo de revitalização da bacia do rio São Francisco, são ações não estruturais, como a capacitação da população, diagnóstico e mudanças de comportamento. Logo, no caso das obras estruturais de revitalização da bacia do rio São Francisco estas são competência do Ministério da Integração Nacional, através da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e do Ministério das Cidades.

Sobre o processo de degradação da bacia do rio São Francisco, o secretário pontua:

“Temos um problema muito grande de erosão na Bacia. Então há vários projetos para diminuição da erosão em microbacias, principalmente nas bacias rurais e em construção de estrada vicinal, onde há grande movimentação de solo.” (MEDEIROS, 2015)

No âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA) está sendo feito um trabalho pautado em *cinco* eixos temáticos: Planejamento e Informação; Fortalecimento Institucional e Socioambiental; Proteção e Uso Sustentável dos Recursos Naturais; Saneamento, Controle da Poluição e Obras Hídricas e, por fim, Economias Sustentáveis.

- **Planejamento e Informação** – Dentro desse eixo, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) fez o diagnóstico do zoneamento ecológico-econômico da bacia. Segundo o secretário o primeiro feito até agora por bacia hidrográfica.
- **Fortalecimento Institucional e Socioambiental** – O secretário pontuou que se faz necessário corrigir as assimetrias entre as instituições, principalmente entre as instituições alocadas em instancias federativas diferentes. Como exemplo de ação desenvolvida dentro dessa temática ele enfatizou a ampliação do poder de fiscalização do MMA quando se fez uma ação integrada como os Ministérios Públicos Estaduais de Minas Gerais e da Bahia. O MMA financiava ações de

fiscalização desses órgãos nos municípios de seus estados sobre o uso e o manejo das águas na bacia do rio São Francisco.

- **Proteção e Uso Sustentável dos Recursos Naturais** – Dentro desse eixo a principal ação do MMA são os Centros de Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs). A ideia é mostrar como pode ser feito esse processo de recuperação da bacia. Logo, não é uma instituição que tem como objetivo fazer a recuperação da bacia do rio São Francisco, mas, servir como centro de referencia para mostrar as melhores técnicas de recuperação.
- **Controle da Poluição e Obras Hídricas** – Dentro desta temática o MMA só atua na coordenação do programa, juntamente com os Ministérios da Integração Nacional, da Cidade e da Cultura. Porém, para esse eixo de saneamento, os recursos orçamentários são alocados no Ministério da Integração Nacional e no Ministério das Cidades.
- **Economias Sustentáveis** – Dentro desse eixo o MMA busca, por exemplo, atingir a revitalização e a preservação, através do incentivo a parques fluviais, em algumas cidades. Pois, segundo o secretário, esses parques além de aumentarem o potencial turístico local incentivam a preservação pelo visitante.

O secretário observou que os Ministérios que tiveram maior aporte orçamentário para implementação do programa de revitalização da bacia do rio São Francisco foram Integração Nacional (MI) e Cidades (MC). E observou que a principal medida para a revitalização da bacia passa pelo saneamento dela. Porém, fazer o tratamento da água e retirar lixo da bacia só pode ser feito através de obras vultosas, com alto custo orçamentário, e que produzem efeitos em longo prazo, devido o tempo para concluí-las. Citou, como exemplo, a estação de tratamento feita em Belo Horizonte que melhorou em 70% a qualidade da água da bacia, uma vez que o esgoto da região metropolitana da capital mineira é jogado inteiramente na bacia do rio das Velhas, um dos principais alimentadores da bacia do rio São Francisco.

- **JARBAS SOARES JÚNIOR - Procurador de Justiça de Minas Gerais e Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Minas Gerais - CEAF/MPMG.**

Jarbas Soares Júnior - é procurador do Ministério Público do estado de Minas Gerais, graduado em direito na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Tem experiência nas áreas de Direito Ambiental e Direito Eleitoral.

(Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/conselheiros/657-jorbas-soares-junior>>. Acesso em 02 de Junho de 2018, as 22h:19min 11s)

Em audiência realizada no dia 22 de outubro de 2015 no âmbito da CEXTRRIO, o procurador do estado de Minas Gerais Jarbas Soares Júnior, pontuou que se nada for feito ara revitalizar o rio São Francisco, este já se encontra no seu estágio final. Observou que a obra da Transposição do rio São Francisco já é fato consumado, e que em relação a sua implementação o Ministério Público dos estados doadores, juntamente com o Ministério Público Federal, se posicionou para aprofundar mais o debate sobre a obra e seus impactos socioambientais. Porém, observa o procurador, a voz do Ministério Público foi ceifada com a decisão do, á época Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Sepúlveda, em suspender todas as liminares que impediam a continuação da obra.

Sobre a revitalização do rio São Francisco, o procurador de justiça observou que esse processo se iniciou tímido, cresceu e foi abandonado pelo poder público. Reconheceu que a sociedade brasileira precisa se envolver mais nessa temática da revitalização do rio. Mas, que, infelizmente, ainda que a sociedade se envolva da forma como foi concebido o Estado brasileiro, em algum momento o poder público precisará se posicionar para que algo possa ser feito. Sendo assim, o procurador creditou o abandono ao processo de revitalização do rio ao poder público do nosso país.

Sobre a atuação do Ministério Público no estado de Minas Gerais, observou que naquele estado esta instituição foi a primeira, através de uma parceria com o Ministério de Meio Ambiente (MMA), a criar, em 2001, promotorias de bacias hidrográficas. Foram destinados *cinco* promotores e estruturas, dentro da Bacia do rio São Francisco, para atuar junto com a sociedade e com o poder público na proteção do rio. Além disso, observou que o Ministério Público trabalhou com corredores ecológicos como medidas de proteger o restante de vegetação ciliar nativa da degradação feita pela atividade agrícola.

Sobre a situação do rio São Francisco, o procurador pontuou:

“Os resultados estão aí: rios da bacia secos, falta água no canal, e o São Francisco é apenas um canal. Apesar da poluição da água que não chega, peixes não faltam. Na minha cidade, São Francisco, que fica a 580 quilômetros de Belo Horizonte — pelo rio fica muito mais distante — a água para consumo já está poluída e o transporte fluvial não existe mais. São características de algo que faliu.” (JÚNIOR, 2015)

Observou que já existem diversas ações promovidas pela sociedade civil com o intuito de revitalizar a bacia do rio São Francisco, bem como as outras bacias que o alimentam. Diversas destas ações já demonstraram surtir efeito, porém, segundo o procurador, sem a ajuda dos poderes públicos esses efeitos ficam muito setorizados a locais específicos. Não conseguindo ter um efeito com uma dimensão maior.

Sobre a limitação do trabalho do Ministério Público, o procurador citou:

“A nossa conclusão é de que o nosso trabalho é importante, mas, ao final, não representa nada, porque não há uma ação do Estado brasileiro para recuperar o Rio São Francisco e revitalizá-lo.” (JÚNIOR, 2015)

As ações do Ministério Público para ajudar na recuperação do rio São Francisco se refletem na parceria tecnicojudicial que o órgão faz com diversos projetos, como: O Projeto Nova Margem, O Projeto SOS São Francisco, O Projeto de Gestão Ambiental, entre outros. No âmbito da arena judiciária, as ações do Ministério Público se refletem em *Ações Cíveis Públicas* (ACP's) e Termos de Ajustamentos de Condutas (TAC's), principalmente, que objetivam, entre outras coisas, a combater a poluição das águas, a exigir que empresas públicas e privadas recuperem as bacias hidrográficas que elas utilizam, recuperação de matas ciliares e avaliação de impactos ambientais.

Para o procurador o maior papel que a CEXTRRIO pode fazer é acompanhar e exigir os projetos e as ações sobre a revitalização da bacia do rio São Francisco. Uma vez que, para o procurador, a situação que o rio São Francisco se encontra atualmente reflete a maior manifestação de falência da ação do Estado brasileiro.

Análise

Podemos observar então que a os representantes governamentais, os burocratas, possuem pautas diversas em relação aos da sociedade civil. O representante da Agência Nacional das Águas, por exemplo, em nenhum momento falou da necessidade de se revitalizar o rio São Francisco para que o empreendimento da transposição possa funcionar tal como planejado. Todo o seu discurso foi centrado na obra da transposição, observando a complexidade da gestão desse empreendimento, trazendo questões técnicas que justificassem essa sua colocação. O mais próximo que o burocrata da ANA chega da pauta socioambiental dos movimentos sociais é quando ele reconhece que os custos de manutenção do empreendimento dependem, também, do *potencial hidrológico* do rio. Porém, não chega a aprofunda essa questão.

Nem mesmo o representante do Ministério do Meio Ambiente consegue ter uma proximidade com a pauta dos movimentos socioambientais e dos pesquisadores na temática. O secretário do MMA centralizou a sua participação, inicialmente, no reforço da relação do órgão com a Agência Nacional das Águas e com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Posteriormente a isso, buscou falar de algumas ações pontuais do MMA para a revitalização do rio, mas, em todo momento, coloca que a principal medida estrutural para que essa revitalização seja efetivada é a questão do saneamento. E esta questão, em termos orçamentários, está designada a outros Ministérios, especificamente, o Ministério de Integração Nacional (MI) e o Ministério das Cidades (MC). Dessa forma, a pauta socioambiental é pouco aprofundada pelo representante do MMA. Além disso, ele restringe a participação do Ministério em ações educacionais, de parcerias, de promoção de diagnósticos, entre outras.

O representante do Ministério Público, ao contrário dos outros burocratas, já se mostra próximo à realidade social da bacia do rio São Francisco e aos impactos socioambientais das obras, trazidos pelos representantes da sociedade civil. Essa proximidade já nos era esperada, uma vez que este é, normalmente, o canal ao qual os movimentos socioambientais recorrem para judicializar o debate de suas pautas. Porém, não esperávamos que esta aproximação fosse tão maior quanto a do representante do Ministério do Meio Ambiente. Na verdade, a pauta do ministério público se constrói juntamente com a da sociedade civil. Como exemplo, temos o surgimento das promotorias de bacias hidrográficas, que nada mais foi que uma resposta do órgão as

demandas socioambientais da sociedade. Bem diferente do Ministério do Meio Ambiente, que com um foco em uma pauta técnica e orçamentária, nem se quer consegue apresentar uma perspectiva social mínima sobre as demandas ambientais da bacia do rio São Francisco bem como da obra da transposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra da transposição do rio São Francisco é de uma complexidade e dimensão nunca observada em nenhuma outra ação ou obra executada pelos órgãos públicos nacionais. Pois, para além da sua enorme dimensão mecânica pautada na sua complexa engenharia, essa grandiosidade e complexidade também ganham ressonância nas arenas social, ambiental, histórica, política e cultural. Em todas as faces essa obra tem um vasto conteúdo, ainda inesgotável, para ser estudado e aprofundo por pesquisadores durante muito tempo ainda.

No que tange à dimensão histórica, observamos que a história da obra se confunde com a história do problema da seca da região nordeste. A transposição foi pensada, historicamente, para ser a *rendenção* do povo nordestino em relação a seca. Sobretudo o povo da região do semiárido, que é a região que mais sofre pelos efeitos deste fenômeno climático. Dessa forma, o empreendimento é pensado inicialmente já na época do Brasil Império, seguindo por ensaios de medidas no Brasil República, durante o Governo Vargas e a Ditadura Militar. Chegando até o Brasil pós-constituição de 1988, no qual na década de 90, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) já se inicia as primeiras ações concretas. Porém, só no governo Lula é que a obra sai de fato do papel. Não há como se pensar a transposição de forma paralela a questão histórica da seca, até porque foram as diversas mazelas provocadas, historicamente, por este fenômeno que manteve a transposição acesa no imaginário do povo brasileiro, sobretudo dos nordestinos, como a solução definitiva para este problema socioambiental. (CASTRO, 2009. pp.71 - 72)

Na sua face ambiental a transposição é, também, uma obra de grande dimensão, uma vez que nunca na história do nosso país um impacto ambiental tão grande e tão complexo, causado por uma ação de um governo público, pôde ser observado. Já em seu planejamento, através de seu relatório de Estudo de Impacto Ambiental EIA/RIMA,

feito antes de seu licenciamento ambiental, a obra já foi alvo de grandes debates acalourados entre órgãos governamentais e ambientalistas, representantes da sociedade civil. A lista de compensação e mitigação ambiental deste empreendimento é uma das maiores já existente na história ambiental do Brasil. E isto apenas no espaço de tempo antes do início das obras, uma vez que novos impactos ambientais continuam acontecendo e sendo estudados, depois do início das obras e do funcionamento do empreendimento. (SILVEIRA, 2017)

Já em relação a sua face cultural a obra da transposição provocou uma mudança na cultura de diversas populações tradicionais, como indígenas e quilombolas, por exemplo, por onde o canal do empreendimento teve que passar. Essas mudanças se deram em relação à forma de cultivo desta população e a degeneração da lógica tradicionalista por parte de seus integrantes, herdadas através de seus ancestrais. Em muitos casos, como o exemplo retratado da comunidade Quilombola de Santana, a transposição só fez piorar os problemas sociais destas populações tradicionais, e no que pretendeu melhorar algo, para estas comunidades, fez de forma desregrada, não absorvendo as considerações e demandas dos moradores destas comunidades. (BRASIL, 2011)

No que tange à face política, a implementação da obra da transposição foi um dos debates mais acalourados do governo Lula. O debate ganhou uma amplitude nacional, com participação intensa da sociedade civil, através de campanhas, agentes sociais fazendo greve de fome e decisões unilaterais do governo para agilizar o processo de implementação do empreendimento. (ABERS e KECK, 2017) Não podemos deixar de citar a importante participação dos Ministérios Públicos neste debate como agente político institucional que canalizou para arena jurídica as demandas dos movimentos socioambientais contrários a obra da transposição. (SILVEIRA, 2017)

Por fim, não há dúvida sobre a dimensão social desta obra, uma vez que já é de entendimento geral que o problema da seca na região nordeste é muito mais além que uma simples questão ambiental. Temos como ponto catalizador das mazelas promovidas por este problema ambiental uma perspectiva social bastante forte. Porém, mesmo através desta perspectiva, não temos unanimidade quanto ao impacto social da obra, uma vez que se a obra da transposição não caminhar paralelamente com o processo de

revitalização da bacia do rio São Francisco, os problemas sociais só serão permutados, temporariamente, de regiões.

Antes de observarmos as conclusões de fato deste nosso trabalho, temos que compreender a importância da Lei Federal 9.433 de 1997, conhecida como *Lei das Águas*, como substrato de inclusão e participação popular no debate sobre a obra da transposição. Não há dúvida que, mesmo com certo limite sobre a perspectiva de se ter mais democracia participativa com esses novos mecanismos, a nova gestão hídrica compartilhada, trazida à luz pós-constituição de 1988, no mínimo, ampliou o número de atores no debate da gestão pública. Entre essas novas arenas criadas por esse novo mecanismo de gestão, podemos citar os Comitês de Bacias que, apesar das dificuldades em se colocar em prática e fazer valer o que está previsto em lei, de certo modo democratizou o debate sobre a gestão hídrica no país. Não há dúvida, por exemplo, da importância histórica do Comitê de Bacia do rio São Francisco sobre a resistência contrária ao empreendimento da transposição. A tal ponto que fez o governo do presidente Lula tomar uma medida autoritária contrária a história política dele e do seu partido. (JUNIOR ALMEIDA, 2013) (ABERS e KECK, 2017)

Todo esse contexto vinculado a fortes debates políticos e socioambientais do tema elaborado, mostra a importância da existência de um canal institucional de debate sobre este empreendimento. Seja para corrigirmos fissuras democráticas que ficaram daquele embate caloroso pré-implementação da obra, seja para cobrar celeridade no término do empreendimento, racionalidade orçamentária com os custos, ou, simplesmente, para apresentarmos novas questões socioambientais que deverão ser equacionadas.

Não há dúvida que em sua criação a Comissão Externa da Transposição do rio São Francisco (CEXTRRIO) teve como foco um debate mais amplo sobre o empreendimento hídrico, como está exposto em seu plano de trabalho. Não focando apenas na celeridade da obra e no uso racional dos recursos orçamentários aplicados nela. Porém, quando observamos o conteúdo das audiências públicas vemos que majoritariamente o perfil delas é pela convocação de burocratas, para esclarecimento técnico sobre a obra em questão. Essa perspectiva é vista claramente em relação a temática dos seminários, na qual apenas uma corresponde a questão da revitalização do

rio São Francisco e o impacto da obra sobre a população ribeirinha, realizado na cidade de Pirapora-MG.

Logo, a análise dos conteúdos taquigráficos das audiências públicas mostra que esse mecanismo de participação, apesar de ter sua importância democrática, sobretudo em relação a grandes obras nos quais os canais de debates são mínimos, não possuem um grande impacto no processo decisório. Como por exemplo, temos que, mesmo os representantes da sociedade civil trazendo a luz um novo debate sobre a revitalização do rio São Francisco, pós empreendimento, a visão dos burocratas, funcionários públicos, é se utilizar daquele espaço apenas para restringir o debate sobre o andamento da obra. Ou seja, mais uma vez os conflitos apresentados pelos representantes da sociedade civil são colocados, apenas, como questões a serem respondidas. Nas quais os representantes do Estado, maior empreendedor da obra, tentam minimizar estes novos conflitos focando na importância do empreendimento, na celeridade da construção da obra, e, em alguns casos, como em relação ao representante do Ministério do Meio Ambiente, em não assumir a questão da revitalização para si. (ABERS, 2016. 26 – 41)

Dessa forma, temos que a CEXTRRIO foi muito mais um espaço democrático de se reafirmar a importância da obra, fiscalizando o empreendimento puramente, do que promover um debate mais crítico sobre seus impactos socioambientais. Para que a comissão se tornasse um meio institucional, representando um dos poderes da União, na cobrança dos atrasos compensatórios e mitigatórios ambientais da obra, bem como da necessidade de se fiscalizar e exigir mais empenho do governo federal em relação ao processo de revitalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca Neaera. KECK, Margaret E. “Comitês de bacia no Brasil. Uma abordagem política no estudo da participação social”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, nº 1, 2004. pp. 55 – 68.

ABERS, Rebecca Neaera. KECK, Margaret E. “Representando a Diversidade: Estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 2, nº 52, Abril, 2008. pp. 99 – 112.

ABERS, Rebecca Neaera. “Conflitos, Mobilizações e Participação Institucionalizada: A relação entre a sociedade civil e a construção de grandes obras de infraestrutura.” *Texto Para Discussão*. IPEA, Rio de Janeiro, Setembro, 2016, pp. 1 – 46.

ABERS, Rebecca Neaera. KECK, Margaret E. “Autoridade Prática: ação criativa e mudança institucional na política das águas no Brasil”. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017. pp 1 – 331.

ANDRADE, Aparecida de Moura. COUTINHO, Robson Luiz Fialho. “Regimento interno da Câmara dos Deputados aplicado às comissões”. Reimpr. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. pp 1 – 296.

ARATO, Andrew. *Representação, Soberania Popular e Accountability*. Lua Nova, n. 55-56, 2002, pp. 85 – 103.

AUGUSTINHO, Denise Paiva. “ Complexidade na Governança da água no DF.” *Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB)*, Brasília, 2012, pp 1 – 166.

AVRITZER, Leonardo. *Participatory institutions in democratic Brazil*. The Johns Hopkins University Press, 2009.

BRASIL, Daniel Rodrigues. “O mar virou sertão: a transposição do rio São Francisco e a comunidade quilombola de Santana”. *Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de*

Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2011, pp 19 – 158.

BOTWINICK, Aryeh; BACHRACH, Peter. *Democracy and Scarcity: Toward a Theory of Participatory Democracy*. International Political Science Review, Vol. 4, No. 3. [S.l.], 1983, p. 361-373.

CARRION, Eduardo K. M. A Respeito da Democracia Participativa in J. Soares (coord.), *Estudos de Direito Constitucional: homenagem a Paulo Bonavides*. São Paulo: LTr, 2001.

CARVALHO, Lauriston Araújo. ESPINDULA, Daniel Henrique Pereira. “Vozes da seca: representações da transposição do rio São Francisco”. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 2014, Rio de Janeiro, v. 66, nº 1, pp. 135 -151.

CASTRO, Cesar Nunes de. “Transposição do Rio São Francisco”. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*. IPEA, V. 2, Brasília, Julho, 2009, pp. 71 – 75.

DEPUTADOS, Câmara dos. “Regimento interno da Câmara dos Deputados (RICD): aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, e alterado até a Resolução nº 17 de 2016” 17 Ed., reimpr. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. pp. 1 – 184.

DEXHEIMER, Marcus Alessander. *Estatuto da Cidade e Democracia Participativa*. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006.

GALANTE LESQUEVES, Elisa Helena. “Participação popular no processo legislativo”. *Revista da Faculdade de Direito de Campos*, Ano IV, Nº4, e Ano V, Nº5, 2003 – 2004, pp. 435 – 483.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. . - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

JR SAULE, Nelson. “A Participação dos Cidadãos no Controle da Administração Pública”. *Pólis Papers*, Instituto Pólis, 1998, pp 1 – 27.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Companhia das Letras 7ª Edição, 2012. Caps. Primeiro e Sétimo, pp. 43-75; 230-240.

LEFF, Henrique. “Saber Ambiental, racionalidade, complexidade e poder”. Editora Petrópolis: Vozes, 2001.

MACHADO, Carlos José Saldanha. “Recursos hídricos e cidadania no Brasil: limites, alternativas e desafios”. *Revista ambiente e sociedade*, v. VI, nº 2, 2003, pp. 122 – 136.

MIGUEL, Luis Felipe. “Normas elementares para a redação de trabalhos acadêmicos” (mimeo).

MISCHE, Ann. 1997. “De Estudantes a cidadãos: Redes de jovens e participação política”. *Revista Brasileira de Educação*: No 5/6 Maio-Dezembro: 134-150.

PEREIRA, Marina Eduarte. “Compartilhando a Gestão dos Recursos Hídricos: Joinville e o Rio Cubatão.” *Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Ciência Ambiental – Procam – da Universidade de São Paulo (USP)*, São Paulo, 2005, pp 1 – 116.

REIS, Elisa: “Elites agrárias, state – building e autoritarismo”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Vol.25, n.3, 1982; pp. 331 – 347.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970 – 80. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988; pp. 25 60.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Capítulos XX (item 4) “Em busca de uma definição”: XXI, “A doutrina clássica da democracia” e XXII, “Outra teoria da democracia”, pp. 297 – 344.

SILVA, Ana Carolina Aguerri Borges da. “A transposição das águas do rio São Francisco: interesses e conflitos”. Paper apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, 2011, pp 1 – 14.

SILVEIRA, Welison Araújo. “Tranposição do rio São Francisco: entre a crise ambiental e política.” *Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Ciências Jurídicas – PPGCJ – da Universidade de Federal da Paraíba (UFPB)*, João Pessoa, 2017, pp 12 – 111.

WEBER, Max. “A Política como vocação”. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1993. pp. 55-69 e 104-124.

WEBER, Max. “Economia e Sociedade”, vol. 2. Editora UnB, Brasília. 2004. pp. 198-233.

WHIPPLE, Mark. *The Dewey-Lippmann Debate Today: Communication Distortions, Reflective Agency, and Participatory Democracy*. Sociological Theory, Vol. 23, No. 2. [S.l.], 2005, p. 156-178.

WOLFE, Joel D. *A Defense of Participatory Democracy*. The Review of Politics, Vol. 47, No. 3. [S.l.], 1985, pp. 370-389.

PLANO DE TRABALHO DA CEXTRRIO: Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/transposicao-rio-sao-francisco/documentos/outros-documentos/plano-de-trabalho>>. Acesso em 04 de Julho de 2018. 20h: 29min 17s.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 17 DE MARÇO DE 2015. Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/transposicao-rio-sao-francisco/documentos/notas-taquigraficas/nt-17-03.15>>. Acesso em 04 de Julho de 2018. 20h: 36min: 45s.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 30 DE JUNHO DE 2015. Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/transposicao-rio-sao-francisco/documentos/notas-taquigraficas/nt-30-06.15>>. Acesso em 04 de Julho de 2018. 20h: 37min: 13s.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 14 DE JULHO DE 2015. Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/transposicao-rio-sao-francisco/documentos/notas-taquigraficas/nt-14-07.15>>. Acesso em 04 de Julho de 2018. 20h: 38min: 03s.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 22 DE OUTUBRO DE 2015. Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/transposicao-rio-sao-francisco/documentos/notas-taquigraficas/nt-22-10.15>>. Acesso em 04 de Julho de 2018. 20h: 39min: 55s.

ANEXO A – TABELA COM OS REQUERIMENTOS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQ 1/2015 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	03/03/2015	Requer a realização de Audiência Pública para discutir todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com a presença de representantes do Ministério da Integração Nacional, do Ministério do Meio Ambiente e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf.
REQ 2/2015 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	09/03/2015	Requer a realização de Audiência Pública com os Secretários de Recursos Hídricos dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará para que apresentem o plano de integração de bacias e o estágio em que se encontram os eixos da obra de Transposição nos referidos Estados.
REQ 5/2015 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	10/03/2015	Requer a realização de Audiência Pública para conhecer os relatórios das auditorias do Tribunal de Contas da União referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como "Transposição do

			Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.
REQ 9/2015 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	19/03/2015	Requer a realização de Audiência Pública para discutir atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e solicita que, na oportunidade, seja convidado Diretor-Presidente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e o Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).
REQ 10/2015 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	19/03/2015	Requer a realização de Audiência Pública para discutir atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e solicita que, na oportunidade, sejam convidados o Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, o Presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa)
REQ 13/2015 CEXTRRIO	Adail Carneiro - PHS/CE	30/03/2015	Requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre a operacionalização e gerenciamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional com os seguintes convidados: representante da Agência Nacional de Águas, representante do Comitê da Bacia do Vale do São Francisco, representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), e o Presidente da CODEVASF.
REQ	Adail Carneiro - PHS/CE	12/05/2015	Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação do esgotamento sanitário das

15/2015 CEXTRRIO			<p>idades às margens do Rio São Francisco, convidando representantes da FUNASA, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, MINISTÉRIO DAS CIDADES, CODEVASF, COMITÊ DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO, CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS E AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS.</p>
REQ 18/2015 CEXTRRIO	Rômulo Gouveia - PSD/PB	12/05/2015	<p>Requer a realização de audiência pública, com a presença do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA, Dr. Vicente Andreu Guillo, para fazer uma apresentação do diagnóstico geral da situação hídrica nos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, bem como a importância da transposição do Rio São Francisco nesses estados.</p>
REQ 19/2015 CEXTRRIO	Rômulo Gouveia - PSD/PB	12/05/2015	<p>Requer a realização de audiência pública com a presença do Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, para mostrar o trabalho de Revitalização do Rio São Francisco, desde sua nascente na Serra da Canastra em Minas Gerais, passando pelas populações ribeirinhas até sua chegada à Foz localizada entre os estados de Alagoas e Sergipe.</p>
REQ 21/2015 CEXTRRIO	Raquel Muniz - PSC/MG	03/06/2015	<p>Requer a realização de audiência pública para discussão da Transposição e Revitalização do Rio São Francisco, bem como, convidar o Senador da República Otto Alencar, para um debate sobre o Projeto de Lei N.º 202, de 2015 de sua autoria.</p>
REQ 22/2015 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	10/06/2015	<p>Requer a realização de Audiência Pública para discutir os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e solicita que, na oportunidade, seja convidado o Sr. João Alves Filho, Prefeito de Aracaju.</p>

REQ 23/2015 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	10/06/2015	Requer a realização de Audiência Pública para discutir os impactos causados pelas obras da Transposição do Rio São Francisco em comunidades tradicionais e assentamentos rurais e solicita que, na oportunidade, sejam convidados o Professor Doutor Talden Queiroz Farias e o pesquisador Welison Araújo Silveira, ambos da Universidade Federal da Paraíba, bem como a Frente Parlamentar Ambientalista e a Frente Parlamentar de Defesa e Desenvolvimento do Rio São Francisco.
REQ 24/2015 CEXTRRIO	Raquel Muniz - PSC/MG	11/06/2015	Requer a realização de Audiência Pública para discutir os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e solicita que, na oportunidade, sejam convidados o Sr. Délio Pinheiro e o Sr. Geraldo Humberto, ambos idealizadores do Projeto Vidas Áridas. Requer ainda realização de evento, em nome desta Comissão Externa, constituído pela apresentação da Exposição Fotográfica "A maior seca vivenciada pelo Rio São Francisco", de autoria do Projeto Vidas Áridas.
REQ 25/2015 CEXTRRIO	Macedo - PSL/CE	17/06/2015	Requer a realização de audiência pública com a presença do Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), Sr. Walter Gomes de Sousa, para fazer uma apresentação sobre os projetos, programas, ações, parcerias, desafios e o papel do órgão nas obras e na gestão da Transposição do Rio São Francisco.
REQ 27/2015 CEXTRRIO	Raquel Muniz - PSC/MG	17/08/2015	Requer a realização de Audiência Pública para exposição do Projeto Manuelzão criado em janeiro de 1997 por iniciativa de professores da Faculdade de Medicina da UFMG, bem como, convidar o Senhor Apolo Heringer Lisboa, para relatar seu vasto conhecimento como professor da

			Faculdade de Medicina da UFMG e Coordenador do Projeto.
REQ 28/2015 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	28/08/2015	Requer a realização de Audiência Pública para discutir os resultados de auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nas obras de esgotamento sanitário nos municípios a serem beneficiados pelo Projeto de Integração do rio São Francisco nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, com os seguintes convidados: Sr. João Germano Lima Rocha, Secretário de Controle Externo do TCU do Estado da Paraíba e o Sr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, Secretário da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana do TCU em Brasília.
REQ 29/2015 CEXTRRIO	Raquel Muniz - PSC/MG	03/09/2015	Requer a realização de audiência pública, para debater sobre a Transposição e Revitalização do Rio São Francisco, bem como, convidar o Dr. Jarbas Soares Júnior, Procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, para relatar sobre a visão do Ministério Público sobre o tema.
REQ 30/2015 CEXTRRIO	Adail Carneiro - PHS/CE	29/09/2015	Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Viação e Transportes, para debater a interligação entre o Rio Preto e o Rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o Rio São Francisco ao Rio Amazonas, conforme previsto no PL nº 6.569, de 2013, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, com a presença dos seguintes convidados: Antonio Carlos Rodrigues, Ministro de Estado dos Transportes; Nelson Barbosa, Ministro de Estado do Planejamento; Gilberto Magalhães Occhi, Ministro de Estado da Integração Nacional e Felipe Mendes, Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

			(CODEVASF).
REQ 31/2015 CEXTRRIO	Rômulo Gouveia - PSD/PB	23/10/2015	Requer a realização de Audiência Pública, conjunta, com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, para discutir plano emergencial da crise hídrica nas cidades do compartimento da Borborema monopolizadas pela cidade de Campina Grande/PB, a ser realizada em data de comum acordo entre os presidentes das duas comissões, com os seguintes convidados: Sr. Gilberto Magalhães Occhi, Ministro da Integração Nacional e Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência nacional de Águas.
REQ 32/2015 CEXTRRIO	Raquel Muniz - PSC/MG	16/11/2015	Requer a realização de audiência pública, para debater sobre a Transposição e Revitalização do Rio São Francisco, bem como, convidar o Senhor Luiz Tadeu Martins Leite, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana - SEDRU / MG, para relatar sobre os problemas de saneamento básico no Estado de Minas Gerais.
REQ 33/2015 CEXTRRIO	Raquel Muniz - PSC/MG	16/11/2015	Requer a realização de audiência pública, para debater sobre a Transposição e Revitalização do Rio São Francisco, bem como, convidar o Dr. Artur Bruno, Secretário de Estado de Meio Ambiente do Ceará e o Dr. Luiz Sávio de Souza Cruz, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, para relatar sobre a visão das Secretarias sobre o tema.
REQ 34/2016 CEXTRRIO	Rômulo Gouveia - PSD/PB	02/06/2016	Requer a realização de audiência pública, com a presença do Senhor Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, para fazer um diagnóstico geral do andamento das obras da transposição do Rio São Francisco e apresentação de um cronograma para sua conclusão.

REQ 35/2016 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	05/10/2016	Requer a realização de Audiência Pública para discutir as medidas necessárias ao fortalecimento do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, especialmente diante das determinações exaradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por meio do Acórdão nº 3.316/2015-TCU-Plenário, com a presença dos seguintes convidados: Sr. José Sarney Filho, Ministro de Estado do Meio Ambiente e Sra. Kênia Régia Anasenko Marcelino, Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Valles do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).
REQ 36/2017 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	24/04/2017	Requer a realização de Audiência Pública com Ministério do Planejamento, Ministério das Cidades e FUNASA, para discutir as obras de saneamento e abastecimento de água nos municípios beneficiados pelo Projeto de Integração do rio São Francisco nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.
REQ 37/2017 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	27/04/2017	Requer a realização de Audiência Pública com o Diretor de Obras de Cooperação, General de Brigada Daniel de Almeida Dantas, para expor as obras geridas pelo Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro.
REQ 40/2017 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	29/05/2017	Requer a realização de Audiência Pública com a Agência Nacional de Águas (ANA) para discutir as obras do Projeto de Integração do rio São Francisco.
REQ 41/2017 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	29/05/2017	Requer a realização de Audiência Pública com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) para discutir as obras do Projeto de Integração do rio São Francisco.
REQ	Raimundo Gomes	29/05/2017	Requer a realização de Audiência Pública com a

42/2017 CEXTRRIO	de Matos - PSDB/CE		Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), para discutir as obras do Projeto de Integração do rio São Francisco.
REQ 43/2017 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	29/05/2017	Requer a realização de Audiência Pública com Ministério do Planejamento, Ministério da Integração sobre a Transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco.
REQ 44/2017 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	29/05/2017	Requer a realização de Audiência Pública com os secretários de Recursos Hídricos dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco para discutir as obras do Projeto de Integração do rio São Francisco.
REQ 45/2017 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	29/05/2017	Requer a realização de Audiência Pública com o Tribunal de Contas da União, para discutir as obras do Projeto de Integração do rio São Francisco.
REQ 46/2017 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	23/06/2017	Requer a realização de Audiência Pública com Ministério da Integração Nacional para tratar sobre a proposta da Transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco.
REQ 47/2018 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	02/03/2018	Requer a realização de Audiência Pública com a Agência Nacional de Águas (ANA) para discutir as obras do Projeto de Integração do rio São Francisco.
REQ 48/2018 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	02/03/2018	Requer a realização de Audiência Pública com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) para discutir as obras do Projeto de Integração do rio São Francisco.

REQ 49/2018 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	02/03/2018	Requer a realização de Audiência Pública com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), para discutir as obras do Projeto de Integração do rio São Francisco.
REQ 51/2018 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	02/03/2018	Requer a realização de Audiência Pública com Ministério da Integração Nacional para tratar sobre a proposta da Transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco.
REQ 52/2018 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	02/03/2018	Requer a realização de Audiência Pública com os secretários de Recursos Hídricos dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco para discutir as obras do Projeto de Integração do rio São Francisco.
REQ 53/2018 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	02/03/2018	Requer a realização de Audiência Pública com o Tribunal de Contas da União, para discutir as obras do Projeto de Integração do rio São Francisco.
REQ 54/2018 CEXTRRIO	Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	07/03/2018	Requer a realização de Audiência Pública com Ministério do Planejamento, Ministério das Cidades e FUNASA, para discutir as obras de saneamento e abastecimento de água nos municípios beneficiados pelo Projeto de Integração do rio São Francisco nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.